DIARIO OFFICIAL

ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL

REPUBLICA FEDERAL

ORDEM E PROGRESSO

ANNO XXXV — 8º DA REPUBLICA — N. 290

CAPITAL FEDERAL

SEGUNDA-FEIRA 26 DE OUTUBRO DE 1896

SUMMARIO

SECRETARIAS DE ESTADO:

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Expediente de 23 do corrente, da Directoria da Justiça — Expedientes de 22 e 23 do corrente, da Directoria da Contabilidade.

Ministerio das Relações Exteriores — Relatorio do Consulado Geral dos Estados Unidos do Brazil em Montevideo.

Ministerio da Fazenda — Expediente de 22 e 23 do corrente, da Directoria da Contabilidade.

Ministerio da Marinha — Expediente de 22 e 23 do corrente.

Ministerio da Guerra — Expediente de 22 do corrente. — Requerimentos despachados.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Expediente de 21 do corrente, da Directoria Geral da Contabilidade — Expediente da Directoria Geral dos Correios.

CONGRESSO NACIONAL — Camara dos Deputados.

PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL — Actos do Poder Executivo — Expediente de 21 do corrente, da Directoria do Interior e Estatistica — Expediente de 24 do corrente, da Directoria de Obras e Viação — Expediente de 23 do corrente, da Directoria da Instrucção — Expediente de 21 do corrente, da Directoria de Hygiene e Assistencia Publica.

NOTICIARIO.

EDITAIS E AVISOS.

PATENTES DE INVENÇÃO.

SECRETARIAS DE ESTADO

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores

Directoria da Justiça

Expediente de 23 de outubro de 1896

Transmittiram-se:

Ao presidente do Tribunal Civil e Criminal, afim de ser informado e instruido, nos termos do decreto n. 2.546, de 23 de março de 1860, e avisos-circulares de 28 de junho de 1865 e 27 de janeiro de 1876, o requerimento em que Carlos Hugo pede perdão da pena de tres annos de prisão cellullar, imposta pela camara criminal daquelle tribunal e confirmada por accordão de 26 de novembro de 1895, por crime de furto;

Ao coronel commandante da brigada policial, os processos instaurados contra os soldados João Gomes da Silva, Antonio Francisco Rodrigues, Francisco Pereira de Barros, João Ferreira Campos, José Antonio Maria, Manoel Ferreira Braga e João Francisco de Souza, afim de serem cumpridos os accordãos do Supremo Tribunal Militar.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria Geral da Justiça — 1ª secção — Capital Federal, 23 de outubro de 1896.

Devendo o pagamento de contas ser requisitado por meio de precatória do ministerio a que pertencer o negocio ou serviço, motivo ou objecto de acção, conforme determina o aviso-circular de 13 do corrente mez, devolveo o officio em que solicitaes o credito necessario para semelhante despeza, chamando ao mesmo tempo a attenção dessa Delezaia para a doutrina dos avisos de 1 de agosto do anno passado e 8 de setembro findo, segundo a qual, quando a União decalhir nos processos que houver intentado, nem os procuradores da Republica, nem os escrivães, nem os officiaes de justiça tem direito a custas, consiliorando-se em tal hypothese as respectivas diligencias e quaesquer actos em geral como

praticados *ex-officio*, na fórma do art. 201 do regimento n. 5.737, de 2 de setembro de 1874.

Saude e fraternidade. — *Alberto Torres*. — Ao Sr. delegado fiscal do Thesouro Federal no Estado de S. Paulo.

Gabinete — Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Rio de Janeiro, 22 de outubro de 1896.

Apraz-me significar-vos a satisfação que produziram em meu espirito, não só a boa ordem e asseio em que se acham os alojamentos, material e escripturação, mas também a disciplina, correção e zelo observados na minha visita ao quartel do corpo sob vosso interino commando.

E'-me grato, pois, louvar-vos, aos officiaes do corpo de saude e aos demais commandados pela exacta comprehensão de seus deveres, devendo ser averbado nas respectivas fés de officio.

Saude e fraternidade. — *Alberto Torres*. — Ao Sr. tenente-coronel commandante interino do corpo de bombeiros.

Foram remettidas á collectoria do municipio de Timbaúba, no Estado de Pernambuco, as patentes dos seguintes officiaes da guarda nacional:

Zeferino de Souza Vasconcellos.
Severino José Lopes de Albuquerque.
Severino Serapião Pereira Palma.
Raymundo Henrique da Cunha Pedrosa.
Pedro de Cerqueira Peirosa.
Olympio Nabor Pereira Borba.
Nestor de Araujo Pereira.
Nicanor Gomes de Araujo.
Manoel Teixeira Bastos.
Antonio de A. Leite.
Antonio Barbosa da Silva.
Antonio Barbosa da Silva Lyra.
Antonio José de Sant'Anna.
Antonio Francisco de Souza.
Antonio Tavares Vieira de Mello.
Antonio Apollinario de Oliveira e Silva.
Antonio Gomes da Cunha Pedrosa.
Antonio Alves de Mello Vasconcellos.
Leopoldino Gonçalves de Araujo Pereira.
Luiz Ignacio Pessoa de Araujo.
Jovino de Araujo Pereira.
Joaquim Theotônio Lima e Rego.
João Ananias de Andrade Senna.
João do Rego C. de Albuquerque.
João de Andrade Sobrinho.
João Gomes da Cunha Pedrosa.
José Tavares de A. Mello.
José Joaquim de Sant'Anna.
José Christino Filho.
José Francisco de Oliveira.
José Gomes da Cunha Pedrosa.
José do França Moisinho.
José Zeferino Alves de Mello.
José de Barros Pereira de Andrade.
José Gomes de Araujo Barros.
José Ferreira Leal Sobrinho.
José G. mes de Araujo e Silva.
José Ferreira de Andrade.
Henrique Luiz Vieira de Mello.
Gonçalo José de Medeiros.
Francisco Gomes da Silva Pereira.
Francisco Gomes Xavier de Andrade.
Francisco Gomes Tavares da Silva.
Francisco de Mattos e Souza.
Francisco das Chagas Gonçalves dos Santos.
Francisco Barbosa Dourado.
Francisco Felipe de Andrade.
Feliciano Gomes de Araujo Pereira.
Feliciano Camello Pessoa.
Elias Francisco Pereira de Andrade.

Antonio Barbosa Pereira de Andrade.
Antonio Xavier Pessoa de Andrade.
Antonio Alves da Cunha Pedrosa.
Antonio Luiz Pereira Palma.
Antonio Galdino de Sant'Anna.
Antonio Gomes Peirosa de Andrade.
Avelino Gonçalves da Silva.
Augusto Pereira de Lucena.

Directoria da Contabilidade

Expediente de 22 de outubro de 1896

Solicitaram-se:

Do Ministerio da Fazenda a expelição do ordem afim do que

Se paguem:

A ajuda de custo de 400\$ que na 3ª sessão da 2ª legislatura do Congresso Nacional compete ao deputado pelo Estado da Bahia Eduardo Pires Ramos;

As contas:

De 24\$, de objectos de expediente fornecidos em setembro findo, por Soares & Niemeyer, á secretaria da Inspectoria Geral de Saude dos Portos;

De 73\$90, de objectos do expediente fornecidos no mez passado, pelo negociante A. de Carvalhaes, ao Supremo Tribunal Federal;

De 93\$500, de objectos do expediente fornecidos, durante os mezes de agosto e setembro findos, ao Tribunal Civil e Criminal, por Laemmert & Comp.

Se indemnise o continuo que serve de porteiro da secretaria do commando superior da guarda nacional nesta capital, da quantia de 60\$, que despendeu com a compra de uma bandeira nacional.

Do Ministerio da Marinha as necessarias providencias afim de ser indemnizado este ministerio da quantia de 819\$900, proveniente de diversos fornecimentos feitos pelo almoxarifado do lazareto da ilha Grande á commissão sanitaria naval incumbida de prestar soccorros á tripolação do cruzador italiano *Lombardia*, quando accommettida de febre amarella.

Recommendo-se ás repartições pagadoras deste ministerio a fiel observancia das disposições do aviso-circular do Ministerio da Fazenda n. 45, de 1 de abril de 1885. — Deu-se conhecimento ao Ministerio da Fazenda.

Dia 23

Solicitaram-se:

Do Ministerio da Fazenda a expelição do ordem afim do que:

Se paguem:

Ao director do serviço sanitario do Hospicio Nacional, Dr. Pedro Dias Carneiro, além dos seus vencimentos, a gratificação de 96\$774, a que tem direito, por haver exercido interinamente, de 1 a 12 do corrente mez, o lugar de director geral da Assistencia Medico-Legal de Aliena (us, no impedimento) do Dr. João Carlos Teixeira Brandão, que esteve enfermo;

A folha, relativa ao mez findo, do salario do servento da Corte de Appellação, na importancia de 89\$300;

As contas:

De 891\$302, do gaz consumido no posto policial do Meyer durante os 2º, 3º e 4º trimestres do anno passado;

De 389\$183, do gaz consumido na secretaria do commando superior da guarda nacional desta Capital, durante o segundo trimestre do corrente anno.

Se indemnisa a Imprensa Nacional da quantia de 208\$200, de publicações feitas para a guarda nacional desta Capital, durante o segundo trimestre do corrente anno.

Sejam tomadas as competentes contas da despeza feita, em setenhro findo, com o pessoal da brigada policial desta Capital, na importancia de 312:219\$595.

Seja habilitada a Delegacia Fiscal do Thesouro Federal, na Bahia, com a quantia de 331\$178, para occorrer ao pagamento da divida de exercicios findos, de que são credoras: DD. Anna Fausta de Cerqueira Pinto e Maria Josephina de Cerqueira, viuva e filha do leute jubilado Dr. Antonio de Cerqueira Pinto, proveniente das pensões do montepio obrigatorio dos funcionarios publicos que deixaram de receber de 17 de outubro até 31 de dezembro do anno passado.—Deu-se conhecimento áquella delegacia.

Do Ministerio da Marinha, as necessarias providencias afim de que seja escripturada, por jogo de contas, no Thesouro Federal, como receita eventual ordinaria, nos termos do art. 1.º, n. 24, da lei n. 359, de 30 de dezembro do anno passado, a quantia de 424\$480, em que importou a despeza feita durante o terceiro trimestre do corrente anno no Hospicio Nacional, com o tratamento de officiaes e praças da armada.

Do Ministerio da Guerra, as necessarias providencias afim de que seja escripturada, por jogo de contas, no Thesouro Federal, como receita eventual ordinaria, nos termos do art. 1.º, n. 24, da lei n. 359, de 30 de dezembro, do anno passado, a quantia de 1:876\$300, em que importou a despeza feita no terceiro trimestre do corrente anno no Hospicio Nacional com o tratamento de officiaes e praças do exercito.

Do presidente do estado de Minas Geraes, afim de que seja recolhida a Delegacia Fiscal daquelle estado e transferida para o Thesouro Federal, por jogo de contas, a quantia de 1:354\$900, proveniente da despeza feita com o tratamento de enfermos, no Hospicio Nacional, por conta do referido estado, durante o trimestre de julho a setembro ultimos.

—Transmittiram-se ao Ministerio da Fazenda as demonstrações na importancia de 1:333\$160 e 601\$500, provenientes: esta de manufacturas fornecidas, em agosto ultimo, pela Casa de Correção desta capital a diversas repartições publicas, e aquella do fornecimento de pão, feito, no dito mez, e pelo mesmo estabelecimento á Casa de Detenção, afim de que, uma vez ordenados os respectivos pagamentos, sejam annulladas, na consignação—Materia prima—da verba n. 14 do art. 2.º da lei do orçamento em vigor, a quantia de 336\$262, e na—Sustento, curativo e vestuario dos penitenciados—da referida verba, a de 1:2:0\$, importancias do material empregado, cuja aquisição teve lugar no actual exercicio.

—Requisitaram-se da Directoria Geral de Contabilidade do Thesouro Federal, as necessarias providencias afim de que, de accordo com o art. 20 do decreto n. 942 A, do 31 de outubro de 1890, possa continuar como contribuinte do montepio obrigatorio dos funcionarios publicos, José Rodrigues de Azevedo Pinheiro, oxonerado do logar de sub-director secretario do *Pedagogium*.

Ministerio da Fazenda

Directoria da Contabilidade do Thesouro Federal

Dia 22 de outubro de 1896

Additamento ao expediente do Sr. ministro:

Ao Ministerio dos Negocios da Marinha: Comunicando que foi transferida, por jogo de contas, para a Alfandega de Corumbá, a quantia de 89\$240, peculio do operario do Arsenal de Marinha do Estado do Matto Grosso Manoel de Souza Machado, para ser-lhe entregue quando for reclamada.

Pedindo se digne habilitar este ministerio a responder um officio do delegado do Thesouro em Londres, tratando da alteração do contracto celebrado com a *Fergus & Chantiers*, para a construção de cruzadores.

— Ao 1.º secretario da Camara dos Deputados, informando que existe na Casa da Moeda a quantia de 225:000\$ em moeda de nickel.

— A' Imprensa Nacional, recommendando que informe si a despeza com a gratificação pedida pelo compositor effectivo do *Diario Official* Egas Muniz Tello de Sampaio cabe nas forças do saldo existente na consignação — Para o pessoal amovivel — das officinas da Imprensa Nacional, do actual orçamento.

— Ao juizo seccional do Districto Federal, pedindo que informe a que ministerio pertence a questão que motiva a cobrança, pela Companhia S. Lazaro, da quantia de 569\$520, custas a que foi condemnada a Fazenda Nacional.

— A' Alfandega do Pará, declarando ser necessario que a viuva do ex-continuo da mesma alfandega Ignacio Porfirio Lima prove, por meio de justificação, que o menor Martiniano é filho legitimo e o unico do casal, e que do primeiro matrimonio do contribuinte não existem outros legitimos ou legitimados com direito á pensão do montepio.

Dia 23

Ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, communicando que a professora da Escola Normal desta Capital D. Mariana Bernardino da Veiga pôde continuar a contribuir para o montepio obrigatorio, por ter apresentado as guias de suas contribuições, para serem visadas, dentro do prazo legal.

— A' Caixa da Amortisação, communicando que foi levantada a caução em apolice, relativa á fiança do corretor de fundos publicos Martinho Mariano Alves da Silva.

Expediente do Sr. director:

— A's Alfandegas:

Do Ceará:

Remettendo a quantia de 111\$125 em ouro; Enviando os titulos declaratorios das quotas de meio soldo que competem aos filhos do finado capitão do exercito Francisco Ferreira Rabello, devendo proceder de accordo com as disposições constantes do decreto n. 10.145, de 5 de janeiro de 1889, quanto á divida do exercicio de 1885;

Do Aracajú, remettendo a quantia de 6:165\$215 em moedas de ouro, por intermedio da Alfandega da Bahia;

Da Bahia, dando-lhe sciencia da remessa supra;

De Maceió, confirmando o telegramma em que se recommendou que remetteste, com toda urgencia, á Delegacia Fiscal na Bahia, os titulos declaratorios das pensões do montepio dos filhos menores do fallecido engenheiro Antonio Joaquim de Souza Carneiro, para ser corrigido o engano havido na expedição;

De Porto Alegre:

Concedendo, por conta da verba — Exercicios findos — do Ministerio da Fazenda e actual orçamento, o credito de 5:971\$643 para pagamento das dividas de exercicios findos, reclamadas por diversos credores;

Remettendo o titulo declaratorio da pensão de montepio que compete a D. Luiza Amalia de Azambuja e Almeida, devendo ser liquidada, reconhecida e relacionada, nos termos das disposições em vigor, a divida relativa ao exercicio de 1895, inclusive a quantia de 150\$ para funeral ou luto;

Do Rio Grande do Sul, concedendo, por conta da verba — Exercicios findos — do Ministerio da Fazenda e actual orçamento, o credito de 2:8:0\$443, para pagamento das dividas reclamadas por diversos credores.

— A's Delegacias Fiscaes:

Do Pará, communicando que o Sr. ministro deferiu o requerimento do 3.º escripturario da Alfandega do mesmo Estado João Alfredo Rodrigues, pedindo licença para assignar-se João Alfredo Rodrigues Seixas;

De Theresina, concedendo, por conta da verba — Exercicios findos — do Ministerio da Fazenda e actual orçamento, o credito de 48\$820, para pagamento da divida reclamada por José Thomaz Coelho Bastos;

De Goyaz, concedendo, por conta da verba — Exercicios findos — do Ministerio da Fazenda

e vigente orçamento, o credito de 1:490\$318, para pagamento das dividas de que são credores João Rodrigues Costa e D. Luiza Baptista da Silva.

N. 63 — Directoria da Contabilidade do Thesouro Federal — Rio de Janeiro, 23 de outubro de 1896.

Por conta do credito suplementar aberto á verba — Exercicio dos finos — do Ministerio da Fazenda e vigente orçamento pelo decreto n. 2.303, de 2 de julho ultimo, fica concedido a essa alfandega o de 5:649\$185, para pagamento das dividas de que são credores: Francisco Gasphom, como tutor da menor Aurora, filha legitimada do ex-escripturario da Estrada de Ferro de Paulo Affonso Fortunato Pinto de Araujo, na importancia de 700\$265, e D. Anna de Aguiar Prado na de 4:948\$920, conforme duas das demonstrações que acompanharam os officios dessa repartição ns. 57, de 30 de setembro do anno passado, e 29, de 25 de julho supradito.

A quota de 200\$ para funeral ou luto, pertencente á mesma menor, só poderá ser paga pelo credito ordinario da verba indicada no futuro orçamento, e a divida de 1:577\$000, comprehendida uma das mencionadas demonstrações, a que tem direito o 4.º escripturario Olorio Octaviano de Araujo, sendo proveniente do multa, não é imputavel á dita verba, porquanto a respectiva importancia deveria ser escripturada na rubrica — Depositos de diversas origens — do accordo com o art. 669 e § 5º do art. 492 da *Nova Consolidação das Leis das Alfandegas*, e, pois, convém que informeis a tal respeito.

Importa declarar-vos que o meio regular de solicitar credito para pagamento de dividas de exercicios findos, cujo reconhecimento possa ter lugar pelas repartições subordinadas ao Ministerio da Fazenda, é a relação a que se refere o art. 15 do decreto n. 10.145, de 5 de janeiro de 1889. — *Alonso de Almeida*. — Sr. inspector da Alfandega de Maceió.

Ministerio da Marinha

Expediente de 22 de outubro de 1896

Ao inspector do Arsenal de Marinha da Capital Federal, transmittindo, para os fins convenientes, o conhecimento de um volume, vindo no vapor *Bearn*, contendo os tubos de ferro encomendados para a lancha do cruzador *Benjamin Constant*.

— Ao capitão do porto do Estado de S. Paulo, declarando haver o Ministerio da Justiça e Negocios Interiores providenciado no sentido de ter andamento a appellação interposta por Wilson Sons & Comp., no processo relativo ao pontão *Celina*.

— Ao Supremo Tribunal Militar, transmittindo os papeis referentes ao pedido de annullação de reforma, feito pelo machinista de 4.º classe Sebastião Jorge da Silva.

— Ao presidente da commissão naval na Europa, approvando o acto de fazer recolher ao Brazil o 1.º tenente Antonio Alves Ferreira da Silva, que se achava em Pariz acompanhando a construção do submarino *Goubet*, visto não permitir o estado de saude daquelle officia a sua continuação na França.

— Ao governador do Estado do Ceará, accusando o recebimento do officio n. 1.639, de 23 de setembro ultimo, no qual declara que, tendo fallecido o 1.º pratico da associação da praticagem da barra e portos desse Estado, Cosme Damião Corrêa, nomeou na mesma data, para exercer aquelle cargo, o 2.º pratico Alcibiades José de Araujo.

— Ao ministro da Justiça e Negocios Interiores, restituindo todos os papeis que acompanharam o aviso n. 624, de 11 de agosto ultimo, e transmittindo copia da informação prestada pelas directorias de machinas e de construções navaes do Arsenal de Marinha desta capital, sobre os concertos de que precisa a lancha *Raio*, do serviço do hospital de S. Sebastião.

— Ao Arsenal do Rio de Janeiro, autorizando a mandar entregar ao caça torpedeira *Gustavo Sampaio* o escaler de oito remos des-

tinado ao cruzador *Primeiro de Março*, logo que esteja promptificado, construindo-se um outro em sua substituição.—Communicou-se ao Quartel General.

—Ao Arsenal de Matto Grosso, recommendando que envie á Secretaria de Estado o orçamento das obras que tem de ser realisadas na canhoneira *Iniciadora*, afim de se conhecer a quanto ellas attingem.

—A Capitania das Alagoas, recommendando que envie o orçamento das obras de que carece o edificio em que funciona a mesma repartição.

—A Capitania de Santa Catharina, approvando a nomeação do cidadão Donato de Souza Nunes, para desempenhar o cargo de official de diligencias, em substituição de José de Souza Mello, que pediu demissão.

Dia 23

Ao 1º secretario do Senado Federal, transmittindo, para os fins convenientes, a mensagem do Sr. Presidente da Republica devolvendo dous dos autographos da resolução do Congresso Nacional já sancionada, autorizando o governo a abrir a este ministerio o credito supplementar de 668:260\$, para execução da lei n. 304, de 10 de outubro de 1895.

—Ao presidente da commissão naval na Europa, transmittindo:

Cópia do officio de 26 de setembro ultimo, da directoria de torpedos e electricidade, do Arsenal de Marinha desta Capital, relativo ao systema de machinas electricas e projectores mandados adoptar nos navios alli em construcção e recommendando que sobre o assumpto preste as informações que puder obter;

O officio de 5 do corrente, do Arsenal de Marinha desta Capital, e mais papeis; e autorizando a fazer acquisição, na casa Canet, de Paris, de accordo com os ditos papeis, de cargas de polvora para os tubos de lançamento dos novos torpedos Whitehead, espoletas de percussão e espoletas electricas, para os mesmos, devendo taes artigos ser enviados pelos navios que alli se acham em construcção.—Communicou-se ao Arsenal de Marinha e á Contadoria.

—A Contadoria transmittindo:

As contas de Koch & Freres, e declarando que, já tendo sido registrado pelo Tribunal de Contas o credito de frs. 2.226, para pagamento do pharoleto encomendado para a fortaleza de Villegaignon, a que se refere uma das ditas contas, ficou a mesma contadoria autorizada a providenciar, não só sobre o pagamento da outra, na importancia de 23\$, proveniente de transporte de um dynamo da machina do pharol da Ilha Raza, mas ainda sobre o da differença entre a importancia, frs. 2.243, e a quantia registrada por aquelle tribunal.

A factura, na importancia de 27:817\$150, proveniente de obras feitas no rebocador *Humaytá*, pela firma Wilson Sons & Comp., e autorizando não só a providenciar sobre o seu pagamento, mas ainda para que seja paga á dita firma a quantia de 4:200\$, proveniente do encalhe, descalhe e estadia da torpedeira *Sabino Vieira*, na carreira de suas officinas.

—Ao 1º secretario da Camara dos Deputados, restituindo o requerimento de Vicente Ferreira Martyr, que acompanhou o officio n. 258, de 29 de setembro ultimo e declarando que o deferimento da petição do requerente, solicitando aposentadoria no cargo de pharoleiro, que exerce desde 1872, escapa á esphera da autoridade do Poder Executivo, por não ter esse logar caracter de emprego publico.

—Ao Consulado Geral da Republica dos Estados Unidos do Brazil, em Genova, agradecendo a remessa do volume intitulado *Movimento della Navigazione Italiana en 1895*.—Este volume foi remetido á Bibliotheca e Museu Naval.

—Ao Quartel General, declarando, em solução ao officio n. 927, de 2 do corrente, referindo-se á consulta feita pelo inspector do Arsenal de Marinha do Estado do Pará acerca

da duvida em que se acha de mandar municipal, durante os exercicios praticos a bordo do patacho *Paquequer*, os alumnos da Escola de Pilotos, do referido Estado — que não ha disposição alguma que autorise semelhante municipalamento.

—A Carta Maritima, transmittindo o conhecimento de embarque no vapor *Euclid*, de um volume de impressos do Real Observatorio de Greenwich, que o nosso consul em Londres remette com destino á Directoria de Meteorologia para serem distribuidos por essa repartição, pelo Observatorio Astronomico e pela Escola Polytechnica, afim de providenciar não só quanto ao recebimento, mas tambem quanto á sua distribuição.

—Ao Arsenal da Bahia, transmittindo a carta de machinista mercante pissada por esse arsenal a Francisco Epiphany da Silva e declarando que para ser a mesma assignada cumpre que seja corrigida a parte impressa, que ainda se refere ao art. 109 do regulamento annexo ao decreto n. 1.362, de 20 de abril de 1893.

—A Capitania de Santa Catharina:

Declarando:

Que, tendo passado á jurisdicção do Ministerio da Fazenda, por aviso n. 1.128, de 16 de junho do corrente anno, o galpão situado no logar denominado Praia de Fóra, na Capital desse Estado, ora communica o dito ministerio que cederá esse proprio nacional ao da Industria, Viacção e Obras Publicas, que o requisitara para ser aproveitado como officina de reparos do material empregado nas obras do porto do mesmo Estado;

Que não pôde ser approvado o acto desta capitania permitindo que a praticagem da barra de Itajahy, que foi declarada livre, ficasse a cargo de uma commissão nomeada de entre os negociantes alli estabelecidos, porque é inadmissivel que pessoas extranhas intervenham nesse serviço.

—A Contadoria:

Declarando:

Que a inspector do Arsenal de Marinha desta Capital communicou que a 9 do corrente, Ignacio Araujo Meira de Vasconcellos tomou posse e entrou no exercicio do cargo de fiel do almoxarifato do mesino arsenal, logar para que fóra nomeado por titulo de 8 deste mez.

Que a Directoria da Escola Naval communicou que o amanuense da respectiva secretaria Jeronymo Naylor apresentou-se a 13 do corrente, desistindo da licença que obtivera em 12 de setembro proximo findo para tratamento de saude.

Ministerio da Guerra

Expediente de 22 de outubro de 1896

Ao Sr. 1º secretario do Senado Federal, enviando a mensagem do Sr. Presidente da Republica, restituindo dous autographos da resolução do Congresso Nacional, autorizando a abertura de um credito para indenização ao Lloyd Brasileiro pelo freteamento dos vapores *Iris* e *Aymoré*, e que acompanhou a mensagem ao Senado do mesmo Sr. Presidente.

—Ao Supremo Tribunal Militar, remetendo, para tomar na consideração que merecerem, os papeis em que:

Os majores honorarios do exercito Francisco Pedro da Cunha e José Corrêa de Moraes, allegando acharem-se comprehendidos nas disposições do decreto de 12 de novembro de 1894, pedem que lhe sejam passadas as patentes do posto de tenente-coronel;

Jesuino de Souza Campeilo, allegando ter havido engano ao passar-se a patente das honras do posto de alferes do exercito, que lhe foram conferidas, pede se lhe passo outra patente

—Ao presidente do Tribunal de Contas providenciando para que:

A Alfandega do Rio Grande do Norte seja distribuido o credito da quantia de 300\$, por conta do § 27—Diversas despezas eventuaes —Enterros de officiaes e praças do pret—,

afim de occorrer á despesa realisada com o enterramento do alferes do 31º batalhão de infantaria, Lourenço Fernandes de Maceio, crelito este que será annullado no existente no Thesouro Federal (aviso n. 321).

No Thesouro Federal sejam pagas as seguintes quantias:

200\$900 ao chofe da commissão de fortificações e defesa do littoral do Brazil, proveniente das despezas miudas da mesma commissão, durante o mez de setembro findo, e bem assim para que ao referido chefe seja abonada a necessaria consignação para atender ás do corrente mez;

De 93 921\$195, proveniente do fornecimentos feitos á Intendencia da Guerra, sendo: a Azovelto Alves, Carvalho & Comp., 2:675\$014; a Fonseca Corrêa & Comp., 4:618\$939; a Guilherme Bastos & Comp., 18:26\$; a M. J. Pimenta Velloso, 2:883\$539; a Mendonça Pimenta & Lobo, 2:966\$000; a Pinto & Madureira, 11:960\$139; a Ribeiro, Souveral & Comp., 26:093\$340 e a Vicente da Cunha Guimarães, 24:513\$321.

Ao inspector da Alfandega do Porto Alegre remetendo, para informar novamente, os papeis em que o major do 3º batalhão de infantaria, Heleodoro Joaquim de Oliveira, pede restituição da quantia descontada de seus vencimentos, a titulo de imposto de 2% no periodo decorrido de junho de 1893 a julho de 1894.

Ao Ajudante General, declarando que é transferido para o 9º regimento de cavallaria o capitão honorario de exercito, Francisco de Paula Jeolás, que foi nomeado picador do 8º regimento, visto ter sido por decreto n. 1.243, de 3 de janeiro de 1891, restabelecido o logar de picador sómente nos corpos de cavallaria e artilharia montada da Capital Federal.

Ao intendente da guerra mandando fornecer:

Ao 2º batalhão de infantaria, os artigos constantes da nota que se remette, organizada na Repartição do Quartel-Mestre-General;

A escola de sargentos e ao deposito de artilharia do Arsenal de Guerra de Porto Alegre, os artigos constantes dos tres pedidos que se enviam, rubricados pelo chefe da dita repartição;

Ao director do Arsenal de Guerra da Capital Federal, mandando excluir da companhia de aprendizes artífices e entregal-o a sua mãe o menor Piergiorgio, á vista do que expõe em officio n. 363.

A Repartição de Ajudante-General:

Dispensando o cargo de secretario da inspecção do 1º batalhão de engenharia o capitão do mesmo batalhão José Ferroira Dias Junior.

Declarando sem offeito a portaria de 16 do corrente, que transferiu o alferes Ascanio Tasso Pinheiro de Lemos do 16º para o 9º batalhão de infantaria;

Mandando inspecionar de saude pela junta militar da guarnição do Estado das Alagoas, onde reside, o ex-1º sargento do 39º corpo de voluntarios da Patria Innocencio Teixeira de Amorim Costa;

Permittindo:

Ao tenente-coronel do estado-maior de artilharia Percilio de Carvalho Fonseca, gosar no Estado da Bahia a licença que lho foi concedida para tratar de sua saude;

Ao alferes do 2º batalhão de infantaria Manoel Alexandrino de Meira Calvete, que segue a reunir-se a seu corpo, demorar-se em Pernambuco o intervalo de um vapor a outro;

Ao alferes do 8º desta arma, addido ao 24º, Antonio Dias de Oliveira, gosar no Estado de Sergipe a licença de 90 dias que obteve para tratamento de saude;

Ao alumno da Escola Militar do Rio Grande do Sul Pellissier Costa Pereira, assignar-se de ora-em diante Pellissier de Lima Costa.

Transferindo:

Para o 1º regimento de cavallaria o alferes do 5º Arthur Raymundo da Silva;

Para o 11º da mesma arma o alferes o 6º José Quintiliano de Avila;

Para o 26º batalhão de infantaria o alferes do 1º Francisco Belgarbo Ferreira Lima, conforme pediu, devendo recolher-se áquelle corpo;

Para um dos corpos de artilharia o soldado do corpo de operarios militares do Arsenal de Guerra da Capital Federal Alberto Pinheiro, á vista do disposto no art. 267, do regulamento respectivo.—Communicou-se ao director do referido arsenal.

Approvando:

O contracto celebrado pelo commandante da fronteira da Bolivia com João Manoel de Campos para, na qualidade de pratico de pharmacia, servir como encarregado da pharmacia militar da mesma fronteira;

A proposta que fez o commandante da Escola de Sargentos, do alferes do 32º batalhão de infantaria Alfredo Domingos de Souza para auxiliar o trabalho de escripta da secretaria da mesma escola.

Concedendo licença:

Para gosar as ferias no Estado do Maranhão, depois de terminados os respectivos trabalhos, ao alumno da Escola Militar do Estado do Ceará Trajano Viveiros Raposo;

Para durante as ferias, tambem depois de terminados os trabalhos escolares, ir ao Ceará buscar sua familia, ao alumno da Escola Militar do Rio Grande do Sul 2º tenente José de Castello Branco;

Para tratamento de saude, aos alumnos da Escola Militar da Capital Federal: 2º tenente do 3º regimento de artilharia Antonio Gomes Dantas e ao soldado Antonio Ferreira Mafra, sendo a este por 90 dias e áquelle por quatro mezes, em vista do termo de inspecção de saude a que foram submettidos, e em prorrogação daquellas em cujo gos se acham para o mesmo fim, ao capitão do 2º batalhão de infantaria, addido ao 14º da mesma arma, Antonio Coelho, por tres mezes, e ao alferes Franklin Washington Botafogo, do 1º regimento de cavallaria, por 90 dias, e Francisco Felix Bahia Junior, do 9º, por 90 dias, tambem em vista dos termos da inspecção por que passaram.—Communicou-se ao commandante da referida escola.

Requerimentos despachados

Medico adjunto do exercito Dr. Trajano José de Carvalho.—Complete o sello do requerimento.

José Carvalho de Revorêdo Barros.— Indeferido.

João Antonio do Amaral.—Por ora não pôde ser attendido.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas

Directoria Geral da Contabilidade

Expediente de 21 de outubro de 1896

Ao Ministerio da Fazenda foram solicitados os seguintes pagamentos:

De 8:333\$, a José Francisco Neves, por trabalhos de condução de malas do Correio de Minas Geraes em 1894 (aviso n. 2.627);

De 112\$608, á Companhia Mogyana de Estrada de Ferro, por passagens a empregados do correio, em junho ultimo (aviso n. 2.628);

De 63:450\$053, á Companhia Geral de Melhoramentos do Maranhão, cesionaria da Estrada de Ferro Caxias a Cajazeiros, de juros garantidos pe a União, relativos ao 1º semestre do corrente anno (aviso n. 2.630);

De 40:412\$220, a Companhia Leopoldina, garantia de juros sobre o capital empregado na Estrada de Ferro Barão de Araruama, relativos ao 1º semestre do corrente anno (aviso n. 2.631);

De 3:282\$297, a diversos, por fornecimentos em julho e agosto ultimos á inspecção geral de obras publicas (aviso n. 2.633);

De 320\$, a Alegria & Comp., por fornecimentos á mesma inspecção, em julho ultimo (aviso n. 2.634);

De 168\$641, á *Société Anonyme du Gaz de Rio de Janeiro*, pela illumination desta Secretaria de Estado no 1º trimestre do corrente anno (aviso n. 2.635);

De 6:763\$163, á diversos, por fornecimentos em maio, junho e julho, a Directoria Geral dos Correios (aviso n. 2.636);

De 1:148\$702, a diversos contractantes de condução de malas da Directoria Geral dos Correios, em junho e julho ultimos (aviso n. 2.637);

De 140:278\$044, á *Société Anonyme du Gaz de Rio de Janeiro*, pela illumination publica desta capital, em setembro ultimo (aviso n. 2.638).

Providenciando para que seja posta na Repartição Fiscal do Thesouro, no Estado do Ceará, a quantia de 135\$ para o Correio daquelle Estado pagar ao agente do Correio de Brejo dos Anjos a gratificação mensal de 15\$ (aviso n. 2.629);

Afim de que seja indenmisado o Thesouro do Estado do Maranhão, por despesas que fez com imigrantes italianos chegados do Estado do Piahy, na importancia de 1:791\$110 (aviso n. 2.632).

DIRECTORIA GERAL DOS CORREIOS

Expediente de 23 de outubro de 1896

Ao Sr. Ministro da Industria:

Remetteram-se:

A cópia authentica dos assentamentos do ajudante do contador, aposentado desta repartição Paulino José de Souza, requisitada pelo Sr. director geral de industria.

As contas do Sr. Avelino Mendes & Comp. na importancia de 553\$, proveniente de fornecimentos de objectos de expediente e utensilios, nos mezes de julho e agosto proximos findos (officio n. 89313);

A conta do Sr. Leandro Pereira, na importancia de 29\$400, proveniente do fornecimento de expediente e utensilios, no mez do julho ultimo (officio n. 89213);

A folha de vencimentos do contractante do serviço de condução de malas, Joaquim Teixeira de Mello Filho, na importancia de 517\$980, relativa aos mezes de julho e agosto ultimos (officio n. 89113).

—Communicou-se que a proprietaria do predio onde funciona a Administração dos Correios da Bahia, resolveu, conforme declarou ao respectivo administrador, elevar, no proximo exercicio de 1897, o aluguel daquelle predio de 1:000\$ annuaes para 9:600\$000.

—Communicou-se que o pagamento requerido por José Kruss Sobrinho, estafeta entre Rio Negro e Curitiba, é de 450\$, e não de 400\$, como por engano foi dito em officio n. 7.778, de 25 de agosto do corrente anno.

—Ao Sr. director geral da contabilidade da secretaria da industria, remetteu-se a declaração que, para os effeitos do montepio, faz o carteiro da agencia do Correio de Jaraguá, no Estado de Alagôas, Manoel Luiz de Medeiros Filho.

Ao Sr. administrador dos Correios do Districto Federal, recommendou-se, em resposta ao officio n. 3.798/3, de 8 do corrente, com o qual transmittiu o requerimento do amanuense Aldo Dolfino dos Santos, pedindo justificação de faltas, que informe si o requerente só teve conhecimento da concessão da licença que pediu depois de ter excedido os dez dias de que solicita justificação.

—Ao Sr. administrador dos Correios de São Paulo, autorizou-se a elevar de 6 a 10 o numero de viagens mensaes, entre Batataes e Matto Grosso de Batataes, cenvindo que tenha em vista o disposto na circular n. 27, de 21 de junho ultimo, visto a dotação orçamentaria para o capitulo—Pessoal—rubrica —Diarias diversas—não comportar tal despesa.

—Ao Sr. administrador dos correios de Minas Geraes, toman'o esta directoria em consideração o pedido que lhe foi presente pelo Club Philatelico de Jaguary, recommendou-se que providencie no sentido de achar-se constantemente provida de todas as formulas de franquia e adhesivas á agencia do correio daquelle cidade.

—Ao Sr. administrador dos correios do Rio Grande do Sul, recommendou-se, em resposta ao officio n. 343, de 22 de setembro findo, com o qual encaminhou o requerimento e attestado medico do carteiro de 1ª classe Antonio José Gonçalves Guimarães, pedindo dous mezes de licença em prorrogação, para tratar de sua saude, que informe si o mesmo requerimento foi apresentado no prazo legal.

Quanto á consulta relativamente á inspecção de saude, declarou-se que deve providenciar no sentido de ser, como até agora, e enquanto não for resolvida a consulta feita a respeito ao Exm. Sr. ministro da industria, por esta directoria, instruida com dous attestados medicos a petição do empregado, no caso de ser inspecionado.

—Ao Sr. administrador dos correios de Goyaz, recommendou-se, em resposta ao telegrama de 18 de agosto ultimo, que mando vender em hasta publica, tendo em vista os preços da compra, os animaes de propriedade do Estado e occupados no serviço de condução de malas, e arrendar as pastagens a cargo daquelle administração até que o poder competente resolva sobre a venda dos respectivos terrenos.

—Foi arbitrado ao 3º official da Administração dos Correios do Districto Federal, addido a esta directoria, Estevão Neiva a gratificação de 2% diarios, enquanto durar a commissão em que se acha no respectivo gabinete, devendo a mesma gratificação ser contada do dia 3 do corrente.

Movimento de officios

—Entraram 96 officios das seguintes procedencias:

Italia.....	31
S. Paulo.....	24
Diversos.....	16
Districto Federal.....	7
Matto Grosso.....	6
Minas Geraes.....	4
Santa Catharina.....	3
Secretaria.....	2
Requerimentos.....	2
Paraná.....	1

96

— Sahiram 102 officios, assim distribuidos:

S. Paulo.....	40
Districto Federal.....	14
Roma.....	8
Buenos Aires.....	5
Diversos.....	5
Minas Geraes.....	3
Rio Grande do Sul.....	3
Bahia.....	3
Madrid.....	3
Washington.....	3
Pariz.....	3
Cologne.....	2
Lisboa.....	2
Ministro.....	2
Santa Catharina.....	1
Pernambuco.....	1
Portugal.....	1
Motvideu.....	1
Berne.....	1
Aachen.....	1

102

— Sahiram 46 officios, assim distribuidos:

Buenos Aires.....	11
Ministro.....	7
Madrid.....	4
Pariz.....	3
Cologne.....	2

Washington.....	2
Roma.....	2
Lisboa.....	2
Diversos.....	2
Montevideo.....	1
Berne.....	1
Goyaz.....	1
Minas Geraes.....	1
S. Paulo.....	1
Districto Federal.....	1
Secretaria.....	1
Paralyba.....	1
Sergipe.....	1

Rio Grande do Sul.....	1
Pernambuco.....	1

—Etraram 111 officios das seguintes pro-
cedencias:

Republica Argentina.....	23
Districto Federal.....	21
S. Paulo.....	12
Hespanha.....	12
Estados Unidos.....	12
Espirito Santo.....	6

Requerimentos.....	4
Diversos.....	4
Minas Geraes.....	3
Ceará.....	2
Paraná.....	2
Secretaria.....	3
Pernambuco.....	2
Goyaz.....	1
Bahia.....	1
Italia.....	1
Allemanha.....	2

111

Ministerio das Relações Exteriores

Consulado Geral dos Estados Unidos do Brazil, em Montevideo—
Secção 3— N. 2, aos 15 de agosto de 1896.

Darei aqui o transumpto dos inclusos mapps demonstrativos do
movimento commercial desta Republica com os portos do Brazil, no
2º trimestre da 1896.

Entraram: embarcações brasileiras 17, com 12.473 toneladas e 730
pessoas de equipagem; estrangeiras 57, com 81.117 toneladas e 3.407
pessoas de equipagem.

Sahiram: embarcações brasileiras 19, com 13.455 toneladas e 799
pessoas de equipagem; estrangeiras 59, com 113.596 toneladas e
4.419 pessoas de equipagem.

O valor da importação foi de £ 120.291, sendo £ 34.103 em navios
nacionais e £ 86.185 em navios estrangeiros.

O da exportação foi de £ 398.041, sendo £ 90.358 em navios nacio-
naes e £ 307.683 em navios estrangeiros.

Estabelecendo a comparação deste com igual trimestre de 1895,
quanto a importação de productos do Brazil, a differença é de £
70.579 em favor do de 1895.

Quanto á exportação de productos orientaes para o Brazil, a diffe-
rença é de £ 102.790 em favor do de 1896.

Só para os portos do Rio Grande do Sul foram neste trimestre mer-
cadorias no valor de £ 9.505, sendo:

Para Rio Grande.....	£ 6.621
Para Pelotas.....	£ 1.719
Para Porto Alegre.....	£ 1.165
	£ 9.505

Este valor, quanto ao Rio Grande, como tenho feito notar em rela-
torios anteriores, não é regulado pela pauta dos preços correntes em
praça, mas pela declaração que fazem nas facturas consulares os pre-
postos dos negociantes daquelle Estado, inscriptos nas respectivas Al-
fandegas, para despacharem mercadorias procedentes do Rio da
Prata.

Sei que o valor da mercadoria em geral para a cobrança de direi-
tos, regula-se pelo peso liquido real, bruto ou liquido legal, na ra-
zão e unidade que lhes corresponde; mas não podendo considerar
inutil a indicação do § 2º do art. 12 do decreto n. 590, de 1891,
tomo-a por base da demonstração que procuro offerecer, quanto ao
preço de taes mercadorias. Supporte ou não este preço o acrescimo
dos fretes, seguros e comissões até o porto do desembarque, em
todo caso dá conhecimento, sinão exacto approximado, do subsidio
que essas praças do littoral do Brazil voem buscar na de Montevideo,
cuja Alfandega não cobra direitos de sahida, desde que essas remes-
sas entram na generalidade do commercio de transito.

Os prepostos desses negociantes, podem reduzir esse valor, mas não
acredito que o augmentem: assim, prevaço-me dos proprios ele-
mentos officiaes, para determinar o que vale para o Rio Grande, de
acordo com as facturas devidamente legalizadas.

O commercio desta praça, com destino á fronteira terrestre ou
fluvial, rocebu novos alentos com os decretos do governo oriental
de 11 de junho do corrente anno, cujo texto conheceis, pela remessa
em officio especial.

Para avivar os seus termos, desde que se trata de actos publicos,
e na vigencia de todos os seus effeitos, devo recordar que, depois de
inaugurado o trafego do ramal ferreo, que permittiu a viagem directa
dos seus expressos, em curto espaço de tempo, de Montevideo a Ri-
vera, o movimento commercial augmentou progressivamente, não
tanto dalli para o ponto inicial do ferro carril central, porque do
Brazil pouco se exporta, gosando do transito livre, que offerece aos
seus productos naturaes de ganaderia a lei uruguayana, mas daqui para
lá, pela facilidade que protege e activa o commercio de transito e o
abastecimento das cidades brasileiras *fronterizas*, sem correctivo para
o que representa despojo do contrabando.

Quando esse inimigo commum dos paizes limitrophes, teve a ou-
sadia de, cavando-se nas rendas fiscaes do Brazil, voltar as suas
faucias para a propria Republica Oriental, fazendo refluir ao ponto
de partida, artigos que não podiam ser consumidos nas cidades bra-
zileiras nem para ellas despachadas pela fronteira, o governo desta
Republica restringiu o commercio de transito.

Advertido que as mercadorias despachadas, com aquella denomi-
nação, estavam propositalmente demoradas nos armazens fiscaes de
Rivera, além das provas que adquiriu do retorno de muitas, para
serem vendidas na praça, sem o onus dos direitos de entrada, preju-
dicando o commercio honrado e afastado dessa concurrencia desho-

nesta, prohibiu o transito, em qualquer sentido, de sedas, rendas,
luvas, cartas de jogar e fumo.

Comquanto o fumo não pudesse ser equiparado, pelo seu volume
e peso a aquelles artigos, tão manuaes e facéis de ser objecto de uma
operação clandestina, foi igualmente contemplado.

O decreto primitivo que autorizou o trafego do ramal de Rivera,
baseou-se na conveniencia de dar ao commercio de transito nova
fôrma, exigida pelo desenvolvimento das linhas ferreas, que o Estvto
deveria fomentar, na razão da garantia de juros com que foram con-
struidas: é de 5 de dezembro de 1891 e cogitou tambem da intro-
ducção de fructos naturaes, similares aos do paiz.

O decreto que restringiu o transito, de 22 de agosto de 1895, foi
assim motivado:—1º que as facilidades conce'didas para o transito,
livre de direitos a luaneiros, de toda a classe de mercadorias com
destino aos paizes limitrophes, pode occasionar serios prejuizos á
renda publica, ameaçada com a restituição illicita o clandestinada ao
logar de procedencia, pela mesma fronteira; 2º que esta suspeita
tem sido muitas vezes confirmada pela apprehensão de artigos
levados em transito e reexpedidos do Brazil para serem contraban-
dados na Republica Oriental; 3º que, sendo conhecidas as necessi-
dades da população *fronteriza* do visinho Estado brasileiro, facil é
comprehenler quaes as mercadorias que alli se podem consumir das
que são destinadas ao transito, para serem retornadas de contra-
bando; 4º que, sendo em extremo difficil, apozar da vigilancia ex-
ercida, pela facilidade de communicações, privar, em absoluto, a
passagem dessas mercadorias em campos abertos e em tão extensa
linha de fronteira; 5º que as grandes quantidades de fumo, sedas,
luvas e mercadorias analogas, cujo reembarque tem sido solicita'io em
transito livre para o Brazil, por via de San Eugenio e Rivera, é a
prova evidente do que fica consignado, além de que, a vigilancia ex-
ercida tem dado lugar a demora nos depositos de Rivera de merca-
dorias de transito que não seguem a seu destino, decreta: que, desde o dia
24 do corrente, fica prohibido o reembarque em transito para o
Brazil, por San Eugenio e Rivera de sedas em geral, rendas ou en-
tremeios de seda, linho ou mescla de ambos, pilles curtidas, cartas
de jogar, fumos e charutos, luvas de seda e pelica.

Depois do quasi 10 mezes veiu o decreto de 11 de junho, precedido
da seguinte exposição de motivos: «Tendo em conta o Poder Executivo
a representação feita pela maioria do commercio desta capital e do
Departamento de Rivera, pedindo-se autorise, sem limitação de classe
alguma, o transito terrestre de mercadorias com destino ao Brazil e
sem prejuizo de adoptar o governo, em qualquer tempo, as medidas
de fiscalisação e vigilancia que julgue opportunas e ainda as limita-
ções contidas no decreto de 22 de agosto de 1895, decreta: Fic' sem
effeito o referido decreto, podendo verificar-se o transito pelas vias
ferreas de Rivera e San Eugenio das mercadorias por aquelle de-
creto exceptuadas. Essas mercadorias poderão permanecer deposi-
tadas nas *Receptorias* de Rivera e *Sub-receptorias* de San Eugenio
durante tres mezes, livre de armazenagem, podendo prorogar-se esse
prazo quando o julgar conveniente a direcção geral de Aduanas.

« Poderá permittir-se o fraccionamento das cargas pertencentes a
um manifesto, mas em nenhum caso o fraccionamento dos volumes.
Prohibe-se o retorno de toda a mercadoria estrangeira para o inter-
rior da Republica, com excepção das que sejam de origem brazi-
leira.»

Eis o direito vigente, em relação áquelle lado da fronteira, mas o
Brazil, hoje como outr'ora, soffre os mesmos prejuizos. Não se trata
do commercio de transito internacional, porque este está regulado
pelas nossas leis; trata-se de mercadorias de toda a classe que se-
guem de Montevideo, sob aquella denominação, mas que não podem
entrar por Sant'Anna do Livramento ou Quaraby cujas mesas de
rendas não estão habilitadas a despachal-as: á excepção das compre-
hendidas na tabella que regula a competencia de suas estações fis-
caes, nada mais pôde transpôr a fronteira: esta é a questão que de-
manda prompta solução dos altos poderes do meu daiz.

Na exposição fiel dos factos, que devem ser encarados pelo seu
proprio valor, para que influam beneficemente no estudo e adopção de
uma medida efficaz e de reciproca conveniencia, não devo omittir que,
naquelle mesma data, outro decreto foi expedido autorisando o reem-
barque de mercadorias da Alfandega de Montevideo, para seguirem
directamente por ferro-carril até Santa Rosa, sob as condições regu-
lamentares, que então baixaram, perfeitamente combinadas para
evitar no trajecto qualquer desvio prejudicial ás rendas orientaes,
mas sem nenhuma preocupação quanto ao limite que soffre a im-
portação estrangeira, em pontos não habilitados a introduzi-la.

Entre as que entendem com essa fiscalisação, levada com rigor até
o extremo do territorio oriental, figuram naquelle decreto, as se-
guientes: « 1º, o deposito das mercadorias em transito, será per-
mitido unicamente nos armazens fiscaes de Santa Rosa ou nos depositos
do ferro-carril noroeste no Quaraby, habilitados pela Aduana;

2ª, nesses depositos se poderá permittir o fraccionamento das cargas pertencentes a um manifesto; 3ª, a permanencia dessas mercadorias, nos depositos da Aduana de Santa Rosa, limita-se a tres mezes, livro de armazenagem, podendo prolongar-se quando assim o julgue a direcção geral de Aduanas; 4ª, em nenhum caso a Aduana de Santa Rosa poderá permittir o despacho para consumo das mercadorias destinadas pela aduana de Montevideo ao transitio terrestre, com destino aos paizes limitrophes, salvo caso excepcional, devidamente justificado, mediante decisao do referido director, que poderá permittir esse retorno á Alfandega de Montevideo.»

De envolta com essas disposicoes, exclusivamente no interesse fiscal de que decreto peleria cogitar, tra tando de impulsionar o commercio de transitio, ha outros, como uma concessao ao nosso paiz, assim concebidas:

(a) «Os productos naturaes de ganaderia que se introduzem do Brazil, em transitio, pela Aduana de Santa Rosa, virao acompanhadas da guia do Estado *fronterizo* e não serão considerados fructos do transitio sem esse requisito;

(b) Esses artigos obterao boleto de transitio e serão transportados em ferro carril até Montivideo e, aqui chegados, os interessados solicitarao o vale pela importancia dos direitos de exportação, que pagariam si fossem do paiz

Esses vales serão solicitados dentro de 30 dias, contados da data da chegada dos productos a Montevideo, sob pena de perderem os interessados o direito de obtel-os;

(c) Os cereaes e outros productos de origem brasileira, que se introduzam pela Aduana de Santa Rosa para serem transportadas a Montevideo, em transitio, serão collocados em wagons cerrados e com as mesmas formalidades observadas para as mercadorias de Montevideo áquelle ponto da fronteira;

(d) Esses productos serão embarcados directamente em Montevideo e depositados nos armazens da Aduana ou sob sua immediata fiscalisacao.»

Pois, si os productos naturaes de ganaderia que o Brazil póde exportar, em transitio, pela fronteira, dependem de guia das estações fiscaes do logar da procedencia, com que direito se póde recusar a mesma disposicao, em caso identico; isto é, quando seguem para o Brazil não só productos da mesma especie, mas outros, manufacturados, vindos da Europa e da America, muitos dos quaes não podem ser introduzidos por aquellas estações?

Quanto a cereaes e outros productos de origem brasileira, é uma concessao sem effeito pratico, por enquanto, porque aquella parte da zona *fronteriza*, está destinada a outro genero de industria.

Opinando pelo systema das torna-guias, enquanto o Brazil, por seus meios de açao, não conseguir fiscalisar as suas fronteiras e dominar o contrabando; aguardo, entretanto, da sabedoria dos altos poderes do meu paiz os recursos que a situação exige e o interesse fiscal aconselha.

Além da opiniao autorizada de empregados de Fazenda, que estudaram o assumpto, percorrendo a nossa mal defendida fronteira e escreveram justificados pareceres, convem recordar que o art. 15 da lei aduaneira do Republica Argentina, para 1894, prohibindo o transitio terrestre de mercadorias sujeitas a direitos de importação, quando não o tivessem pago em alguma reparticao daquela Republica, exceptuou as que passassem para portos do Brazil, pelos de Concordia e Monte-Caseros.

No art. 16, autorizou o Poder Executivo a estabelecer o uso das torna-guias, si neste sentido fizesse convenções aduaneiras com os paizes limitrophes; mas enquanto isto não tivesse logar, os capitães de navios, conductores de mercadorias, procedentes dos ditos paizes, ficavam obrigados, no primeiro porto argentino em que tocassem, a exhibir manifesto da carga, para esse porto ou em transitio, para outros do seu destino, com os mesmos requisitos exigidos para o despacho na praça; isto é, dando o maior detalhe quanto a marcas, numeros, vasilhame, genero da mercadoria, classe, qualidade e quantidade de cada volume, tendo a alfandega o direito de verificar a bordo, sempre que o julgasse necessario, a exactidão do manifesto, impondo multas elevadas no caso de qualquer inobservancia e até apprehensao, por contrabando.

Esta disposicao tem sido repetida em leis posteriores. O que vos posso dizer, em resumo, é que o contrabando nos assoberba por toda a parte. As queixas das diversas praças commerciaes do Rio Grande são procedentes.

Já não lhe basta as facultades que offerece a fronteira terrestre, fluvial ao norte; elle domina até o porto de Santa Victoria, forçando o estabelecimento de grandes depositos em logares quasi desertos, como S. Miguel, S. Luiz, Siete Cervos e Chuby.

Tratando do commercio exterior desta Republica, posso cotejar a importancia de suas operações, no 1º e no 2º trimestre.

No 1º trimestre de 1896, a importação alcançou o valor official de \$ 6.826.591.10 c/s como se vê:

Bebidas em geral.....	\$ 758.611.27
Comestiveis e cereaes.....	1.028.194.43
Fumo e charutos.....	75.361.42
Tecidos em geral.....	1.522.951.43
Roupa feita e artigos confeccionados....	490.797.07
Materiaes para a industria e machinas...	1.789.134.88
Varios artigos.....	945.077.60
Gado em pé.....	218.463.00
	\$ 6.826.591.10

A exportação attingiu a \$ 13.658.225.55 c/s como se vê:	
Gado em pé.....	\$ 632.683.50
Productos de ganaderia y saladero.....	12.474.760.72
Productos de agricultura.....	59.743.25
Outros productos.....	200.20
Provisões para navios.....	27.732.89
	\$ 13.658.225.55

No 2º trimestre á que se refere este relatorio, a importação alcançou a \$ 6.609.141.32, menos \$ 217.449.78 que no primeiro trimestre, a saber:

Bebidas em geral.....	\$ 757.312.63
Comestiveis e cereaes.....	1.013.761.87
Fumo e charutos.....	69.796.41
Tecidos em geral.....	911.563.63
Roupa feita e artigos confeccionados....	358.956.68
Materiaes para a industria e machinas....	1.418.704.47
Varios artigos.....	855.555.58
Gado em pé.....	1.163.490.00
	\$ 6.609.141.32

A exportação não foi além de \$ 5.483.883.25, menos \$ 8.174.312.30 que no 1º trimestre, a saber:

Gado em pé.....	\$ 460.035.00
Productos de ganaderia y saladero.....	4.615.455.19
Productos de agricultura.....	307.568.62
Outros productos.....	64.592.95
Varios artigos.....	6.352.58
Provisões para navios.....	29.878.25
	\$ 5.483.883.25

Esta grande differença na exportação explica-se, não tanto pela impropriedade da época, quanto á colheita dos cereaes, como por não ser a estação invernososa a de maior actividade nos trabalhos da industria saladeril e ganadera. A differença de preço nos mercados consumidores pela maior concurrencia de generos similares de outras procedencias, não deixou de influir de alguma maneira para esse resultado.

No 1º trimestre, por exemplo, a exportação de xarque foi de kilogrammas 19.152.521; no 2º foi de 12.584.308.

A de lã foi no 1º trimestre kilogrammas 28.888.988; no 2º de 4.516.852; o sebo foi no 1º trimestre de kilos 9.825.083 e no 2º de 4.439.103.

Nos productos agricolas a mesma differença mais ou menos. Farinha de trigo no 1º trimestre kilos 3.777.696, no 2º 1.913.993; trigo no 1º kilos 1.720.077 e no 2º kilos 132.556.

O milho manteve quasi a mesma exportação.

No 1º trimestre kilos 18.406.062 e no 2º kilos 18.924.351.

Na importação não posso ainda descriminar o valor dos artigos, conforme o paiz de procedencia, nem tão pouco considerar base incontrastavel a estatistica consular, porque comprehende o que entra para consumo e o que segue em transitio.

Farei apenas a comparação dos principaes artigos nossos ou similares, por quantidades importadas, para consumo, conforme a seguinte demonstração:

Artigos	1º trimestre		2º trimestre	
	Quantidade	Valor official	Quantidade	Valor official
Assucar.....	1.964.684	\$ 176.932.58	3.399.180	\$ 324.011.51
Café.....	252.198	» 60.527.52	271.634	» 65.192.16
Cacão.....	377	» 188.50	18.927	» 7.628.80
Farinha.....	696.389	» 27.855.56	421.026	» 16.841.04
Fumo do Rio Grande e Bahir.....	54.091	» 16.256.36	57.790	» 16.825.82
Goiabala.....	5.854	» 2.631.30	4.892	» 2.201.40
Herva-matte.....	2.199.738	» 219.407.12	2.105.608	» 210.500.80

Figura ainda, em boa quantidade, o fumo negro em folha, que vem do Brazil, exclusivamente, mas, sem a discriminação, cuja falta já indiquei; não posso dizer o valor do producto propriamente brasileiro.

As entradas do fumo tem augmentado depois que cessou o imposto prohibitivo de 50 centesimos por kilo, sem attender á procedencia e qualidade, vigorando actualmente o seguinte:

Fumo em folha da Bahia e outras procedencias, com exclusão do Rio Grande e Paraguay.....	\$ 0.30
Idem, idem, picado.....	\$ 0.60
Idem do Paraguay e Rio Grande.....	\$ 0.15
Flem de Havana.....	\$ 0.30
Idem, idem, picado.....	\$ 0.70
Charutos de Havana.....	\$ 3.00
Idem de outras procedencias.....	\$ 1.00
Cigarros em geral.....	\$ 2.50

Quanto ao assucar, ainda fallando a base para sua classificação, por procedencias, podemos dizer que cada vez mais se accentua a falta de consumo do que é fabricado no Brazil.

Comquanto a Republica Argentina tenha importado em 1894 (não tenho presente a estatística mais moderna) 15.151.510 kilos desse producto, refinado e não refinado, o seu assucar já entra neste mercado, concorrendo com vantagem em qualidade e preço com os similares de outras procedencias.

Neste anno, de 1894, o Brazil figurava na estatística de importação daquella republica, com a insignificancia de 141.125 kilos.

Seja o resultado das especulações de um syndicato, no proposito de encontrar melhor preço nos mercados estranhos, como tanto se tem dito; seja o progressivo augmento da produção, que permite satisfazer plenamente ás necessidades internas e exportar sobras, o certo é que essa industria, alli, apresenta uma phase de grande prosperidade.

E como a acceitação de um producto qualquer, não depende de ser elle nacional ou nacionalizado, mas da procura e da offerta, unica regra do valor, o assucar argentino toma o caminho do Brazil, entrando pelo Rio Grande do Sul.

Parece sufficiente a advertencia para os que cultivam a canna e fabricam o assucar no nosso paiz.

Os productos da canna ca la vez mais fogem dos mercados platinos.

A situação de Cuba, só nos ultimos mezes fez augmentar a exportação da aguardente de Pernambuco, para consumo desta praça. O custo de produção não os deixam supportar a concorrência e as tarifas aduaneiras, nos pontos do destino, caracterizam-se pela protecção, que concedem á industria nacional.

Uma pipa de aguardente paga de direitos nesta republica (480 litros) \$70.179 ouro ou 391\$197 ao cambio do dia.

O imposto é de 0.136 por litro até 20%; dahi para cima \$9.0068 de augmento por grão em cada litro, além de 7 1/2 % ad liciontes.

E' verdade que a de Cuba supporta-o e vende-se a 36 centesimos o litro, a varejo; mas o menor custo de produção, a côr e a força alcoolica como dizem alguns armazenistas, dão-lhe certa preferencia.

Em 1894 entraram 2.833.244 litros e ao Brazil coube exportar para aqui, apenas 48.803, em quanto Cuba exportou 2.657.009 litros.

Esta sensível diminuição principalmente no assucar já foi notada em um dos maiores centros productores do Brazil-Pernambuco—e commentada nas columnas do *Jornal do Commercio*, pelo seu correspondente, naquelle estado.

Dando o quadro da exportação da safra passada, por não estar a actual ainda, liquidada, observou elle que «tendo a safra attingido á 2.486:920 saccos de assucar, sómente 607.761 do mascavo foram exportados para Liverpool e New-York e 13.446 para Lisboa, Porto e Montevidéo, convindo notar (diz o correspondente) que este ultimo mercado tem de ficar perdido para nós, pela grande produção da Republica Argentina, que lho, pode fornecer em melho res condições de preço e transporte.»

Falta-nos braços não ha duvida.

Acompanho e desejo ver attendidos os reclames da lavoura á este respeito; mas julgo de tanta ou maior necessidade que, á parte um plano bem combinado e lealmente executado, para entreter uma corrente de immigração, destinada exclusivamente aos centros agricolas, procuremos encaminhar a população desoccupada ao emprego util de sua actividade.

Naquelles mesmos centros, não raro se observa que, não faltam homens, faltam trabalhadores e leis coercitivas ao trabalho.

A tendencia que se manifesta por uma industria ou um dos seus ramos, preferindo-se quasi exclusivamente determinado producto, tem creado fortes aglomerações, mas não o povoamento do paiz, na proporção e densidade, que a riqueza e bem estar de outras regiões poderiam offerecer.

Essa tendencia faz cahir em desprezo a pequena lavoura; entretante é a lavoura do pobre que o radica ao solo, pela justa aspiração

de ser proprietario; equilibra as fortunas em certa meliania; não o vicia, como succede ao simples assalariado que, vendo as cousas como se lhe figuram, mas não como são na realidade, não planta muita vez nem o que precisa para comer, na lisonjeira esperança do que o pingue salario dê para tudo, sem advertir que as condições atmosfericas e a baixa do preço do artigo, por qualquer desses accidentes tão communs nos grandes mercados, podem gerar crises que excedem a todas as previsões.

No meu humilde conceito, é esta uma das causas das perturbações do cambio.

Por melhor que seja a safra do café, mesmo no tempo das grandes exportações, a taxa cambial pouco varia, de certo tempo a esta parte.

A baixa dá-se por qualquer pretexto, desde que a especulação possa tirar vantagens,

Porque? Porque temos de preencher com ouro, que não possuímos o grande vacuo, que abre a importação de generos de primeira necessidade.

A politica commercial do Rio da Prata é proteccionista, sempre que a industria nacional tem possibilidade de concorrer com a estrangeira pela perfeição do producto e mollicidade de preço.

Obtido este resultado e compensado o trabalho de iniciativa, pela verificação de lucros de que o estado possa competir, o imposto interno se torna effectivo sobre as fabricas.

Assim fez esta republica com a industria dos phosphoros, da cerveja, dos licores e outras bebidas alcoolicas.

Assim praticou com o fumo.

Houve fundada esperança de conseguir o cultivo do fumo em alguns departamentos.

Decretou-se por esta e outras razões, que collocam este artigo entre os de luxo e mais fortemente tributados, o imposto de 50 centesimos por kilo de igual producto estrangeiro.

Convencido o legislador da inefficacia de um tributo tão pesado, modificou a tarifa aduaneira e procurou resarcir a differença, tributando o consumo.

A tendencia no Rio da Prata e os factos o confirmam, é produzir quanto baste ás necessidades da população, exportando as sobras.

A historia do trigo na Republica Argentina é curiosa.

A rapida progressão por que passou aquelle paiz de importador desse producto, que lhe vinha do Chile, á posição de exportador, que tem feito seria concorrência em poucos annos, nos principaes mercados,—é admiravel.

Basta considerar o resultado de um quinquennio, na sua exportação.

Em 1889 apenas exportou a Republica Argentina 22.806 toneladas; em 1893 essa exportação attingiu á 1.003.337 toneladas e nenhuma outra industria, das muitas e varias, que ali se exploram, ficou depreciada.

E' verdade que o trigo, hoje, não alcança o preço de 1889, por excesso de produção, mas isto não desvirtua o esforço, antes influe beneficemente no consumo de todos os povos.

Sobre o assucar, a imprensa recolle dados estatísticos da produção dos engenhos da Republica Argentina, em Tucuman, Salto e no Chaco e vaticina, que a colheita actual, não será inferior á 120.000 toneladas.

Oscillando o consumo entre 90 e 100.000 toneladas, haverá um excesso de 20.000.

E acrescenta a parte commercial do diario de que extrahi esta informação:

«E' sabido que para fazer desaparecer o excedente, que ficou da colheita do anno passado e para melhorar a situação da industria, ameaçada de uma crise profunda pela competencia dos mesmos industriaes e consequente abatimento dos preços, formou-se uma sociedade denominada—União Assucarreira,—que tomou á seu cargo a venda de uma quantidade de assucar sufficiente, para despejar o mercado, exportação que já se effectua em grande escala.»

Ainda em abono da asserção de que os paizes do Prata tentam produzir tudo quanto possa bastar ás necessidades da população, citarei que o chefe do serviço da immigração, em Buenos Ayres, aconselhou recentemente que para utilisal-a convenientemente de uma maneira favoravel aos agricultores e á prosperidade do paiz, deveria buscar-se novas fontes de trabalho sobre artigos de consumo, como o café, cacão, herba matte, algodão, açafraão e outros, cuja importancia ascende annualmente de 6 á 7 milhões de pesos ouro.

«E' indubitavel que com estes trabalhos, obteriamos positivos beneficios, creando um valioso commercio em territorios, cujo movimento é hoje insignificante. Dessa maneira cresceria consideravelmente a immigração e os agricultores seriam localizados nas provincias do norte, como o fazem agora em Buenos Ayres, Cordoba e Santa Fé.

«Em Jujuy foi feita este anno a primeira colheita de café e no departamento de Ledesma, obtendo-se 5.000 kilogrammas de excelente qualidade.»

Si este cultivo se estende naquella zona, diz *La Nacion*, calcula-se que o commercio de café para o consumo do paiz, não tardará em

ascender á muitos milhões de pesos ao anno. E' um calculo optimista, mas como querer é poder, não será impossível realizar essa operação.

Nesta mesma ordem de considerações, releva acrescentar que, si a Republica Oriental não planta a canna nem produz o assucar, tem concedido favores especiaes, na importação de qualidades inferiores para o estabelecimento de refinarias e distillação de aguardentes á empresas, uma que labora, ainda que em pequena escala, e outra que levanta planos, em sitio apropriado e servido de agua corrente, para a montagem de machinas e installações accessorias.

Si o custo de produção permittir que sejamos fornecedores da materia prima, teremos mais uma sahida para os productos da canna, não beneficiados, como as melazas; si isto não podermos conseguir, a nossa situação neste mercado será impossível.

Releva ainda informar que o Paraguay protege de uma maneira muito particular a plantaçào do café.

A estatística demographica do departamento de Montevideo, neste trimestre, accusa:

Nascimentos.....	1.946
Obitos.....	992
Excesso dos nascimentos sobre os obitos.	954

Os algarismos representativos das diversas especies nosologicas, deixam ver que predominaram a tuberculose, pneumonia e canceros.

No mez de abril, em 100 obitos, o coefferiente foi tuberculose pulmonar, 12^{os}; tuberculose, outras formas, 7^{os}; broncho-pneumonia, 5^{as}; pneumonia, 4^{as}; canceros 3^{as}.

Em maio, na ordem em que se acham classificadas aquellas enfermidades, o coefferiente foi, respectivamente, 9^o, 2^{os}, 7^{as}, 1^o e 6^o.

Em junho 14^{as}, 3^{as}, 6^{as}, 3^{as} e 6^{as}.

Saude e fraternidade.—*Domingos José da Silva Azevedo*.—A S. Ex. o Sr. Dr. Carlos Augusto de Carvalho, ministro de estado das relações exteriores.

N. 1—Mappa do movimento da navegação entre o Brazil e Hamburgo no 2º trimestre de 1896

N. 1 —Mappa do movimento da navegação entre o Brazil e Montevideo no 2º trimestre do anno de 1896

ENTRADA

EMBARCAÇÕES	Numero	Tonelagem	Equipagem	Valor importado
Brazileiras.....	17	12.473	730	34.106
Estrangeiras.....	57	81.117	3.407	86.185
Total.....	74	93.590	4.137	120.291

SAHIDAS

EMBARCAÇÕES	Numero	Tonelagem	Equipagem	Valor exportado
Brazileiras.....	19	13.455	799	90.358
Estrangeiras.....	59	113.596	4.419	307.683
Total.....	78	127.051	5.218	398.041

N. 2 — Preço corrente e quantidade dos generos importados do Brazil na praça de Montevideo durante o 2º trimestre de 1896

GENEROS	PESO OU MEDIDA	DIREITOS DE ALFANDEGA	QUANTIDADE IMPORTADA	PREÇOS		
				Abril	Maio	Junho
Assucar.....	Kilos.....	5 c. e 7 1/2 %	210.560	58 a 80 c. os 10 kilos	Os mesmos.....	58 a 74 c. os 10 kilos
Bananas.....	Cachos.....	27 1/2 %	12.400	24 a 42 c. o cacho.	» »	Os mesmos.
Cacão.....	Kilos.....	12 c. e 7 1/2 %	400	40 a 50 c. o kilo.	» »	» »
Café.....	»	8 c. e 7 1/2 %	180.850	\$3.00 a \$7.00 os 10 kilos	\$3.40 a \$7.00 os 10 kilos	\$3.00 a \$7.00 os 10 kilos
Canna.....	Litros.....	0.136 e 7 1/2 %	9.720	18 c. o litro	O mesmo.....	O mesmo.
Cocos.....	Numero...	27 1/2 %	9.750	\$6.50 a \$3.00 o cento	\$7.50 a \$8.00 o cento	\$6.00 a \$8.00 o cento
Couros.....	»	Livres	6.747	\$4.00 a \$5.00 cada uma	Os mesmos.....	Os mesmos.
Farinha.....	Kilos.....	1 c. e 7 1/2 %	414.075	38 a 55 c. os 10 kilos	40 a 50 c. os 10 kilos	40 a 50 c. os 10 kilos
Fumo.....	»	30 c. e 7 1/2 %	121.815	2.40 a \$8.00 os 10 kilos	Os mesmos.....	Os mesmos.
Goiabada.....	Duzias.....	20 c. e 7 1/2 %	106	1.60 a \$7.50 a duzia	» »	» »
Gomma.....	Kilos.....	55 1/2 %	8.250	\$1.00 o kilo	» »	» »
Herva-matte.....	»	4 c. e 7 1/2 %	2.574.655	90 c. a \$1.80 os 10 kilos	» »	» »
Laranjas.....	Numero..	27 1/2 %	116.400	\$3.00 a 4.00 o milheiro	» »	» »
Ostras frescas.....	»	—	48.400	60 c. a 80 c. o cento	» »	» »
Piassava.....	Kilos.....	38 1/2 %	30.000	8 c. o kilo	6 a 10 c. o kilo	» »
Poaia.....	»	55 1/2 %	3.790	\$1.00 o kilo	Os mesmos.....	» »
Quina.....	»	55 1/2 %	960	\$1.00 o kilo	» »	» »

N. 3 — Preço corrente e quantidade dos generos exportados de Montevideo para o Brazil durante o 2º trimestre de 1896

GENEROS	PESO OU MEDIDA	DIREITOS DE ALFANDEGA	QUANTIDADE EXPORTADA	PREÇOS		
				Abril	Maio	Junho
Alfafa.....	Kilos.....	Livre	23.000	95 a 1.50 os 100 kilos	1.00 a 1.50 os 100 kilos	1.20 a 1.65 os 100 kilos
Alhos.....	».....	»	55.100	4 a 6 c. o kilo	Os mesmos	Os mesmos
Alpiste.....	».....	»	14.820	26 a 28 c. os 100 kilos	25 a 28 c. os 10 kilos	23 a 28 c. os 10 kilos
Batatas.....	».....	»	72.780	12 a 16 c. os 10 kilos	12 a 13 c. os 10 kilos	10 a 15 c. os 10 kilos
Carneiros.....	Numero.....	»	5.999	1.80 a 2.00 cada um	Os mesmos	Os mesmos
Cavallos.....	».....	»	62	30.00 cada um	» »	» »
Farello.....	Kilos.....	»	588.640	1.00 a 1.10 os 100 kilos	» »	» »
Farinha.....	».....	»	2.069.200	40 a 43 c. os 10 kilos	39 a 40 c. os 10 kilos	37 a 38 c. os 10 kilos
Feijão.....	».....	»	379.370	18 a 32 c. os 10 kilos	28 a 32 c. os 10 kilos	28 a 30 c. os 10 kilos
Fructas.....	Volume.....	»	547	1.00 a 4.00 cada um	1.00 a 3.50 cada um	Os mesmos
Linguas.....	Numero.....	1.00 c/. 100 k.	4.998	8 a 12 c. cada uma	10 a 15 c. cada um	» »
Linho.....	Kilos.....	Livre	1.500	25 a 28 c. os 10 kilos	Os mesmos	23 a 28 c. os 10 kilos
Milho.....	».....	»	4.093.935	70 c. a 2.000 os 100 kilos	85 c. a 1.30 os 100 kilos	85 c. a 1.50 os 100 kilos
Novilhos.....	Numero.....	»	300	15.00 a 17.00 cada um	Os mesmos	Os mesmos
Nozes.....	Kilos.....	»	43.930	1.10 a 1.50 os 10 kilos	1.40 os 10 kilos	1.30 a 1.50 os 10 kilos
Palha.....	».....	»	73.300	6 a 8 c. o kilo	Os mesmos	7 a 10 c. o kilo
Porcos.....	Numero.....	»	1.422	6.00 a 7.00 cada um	» »	Os mesmos
Queijo.....	Kilos.....	»	1.40	10 c. a 20 c. o kilo	10 a 30 c. o kilo	» »
Sebo.....	».....	50 c. os 100 kilos	835.393	60 a 70 c. os 10 kilos	Os mesmos	» »
Xarque.....	».....	40 c. os 100 kilos	11.640.243	\$6.53 c. o qq.	» »	» »

Consulado Geral do Brazil em Montevideo, 15 de agosto de 1896.—Domingos José da Silva Azevedo, consul geral.

N. 4—Quadro da cotação de cambio, taxa de descontos e fretamento das embarcações no mercado de Montevideo, correspondente ao 2º trimestre de 1895

CAMBIOS

DESTINOS	Abril	Maio	Junho
Sobre o Brazil.....	25\$400 a 27\$000	24\$000 a 25\$300	23\$700 a 24\$800
» a França.....	5.36 a 5.38	Os mesmos	5.375 a 5.385
» » Inglaterra.....	51 3/8 a 51 1/4	51 1/8 a 51 1/4	51 3/8 a 51 1/2
» » Allemanha.....	4.35 a 4.37	4.35 a 4.40	4.375 a 4.38
» » Italia.....	5.80 a 5.90	5.70 a 5.85	5.70

TAXA DE DESCONTOS

ORIGEM	Abril	Maio	Junho
Banco do Estado.....	Não ha	Não ha	Não ha
» diversos.....	5 1/2 a 6 %	Os mesmos	5 a 7 %
Em praça.....	—	—	—

PREÇO DO FRETE

DESTINOS	Abril	Maio	Junho
Santos.....	\$3.00 a \$3.50 os 1.000 k.	Os mesmos	Os mesmos
Rio de Janeiro.....	\$2.50 a \$4.00 » » »	» »	» »
Bahia.....	5.00 » » »	» »	» »
Pernambuco.....	\$7 00 a \$8.00 » » »	» »	» »
Inglaterra.....	10 sh.	» »	» »
França.....	27 1/2 a 30 fr. » » »	» »	» »
Italia.....	10 fr. » » »	» »	» »
Estados Unidos.....	Nominal	» »	» »

Consulado Geral dos Estados Unidos do Brazil em Montevideo, 15 de agosto de 1896.—Domingos José da Silva Azevedo, consul-geral.

CONGRESSO NACIONAL

Camara dos Deputados

A Commissão de Marinha e Guerra, reunir-se-ha, hoje, 26 do corrente, a 1 hora da tarde, em uma das salas da Camara, para tratar de assumptos que lhe estão affectos.

INTENDENCIA MUNICIPAL

Prefeitura do Districto Federal

Directoria do Interior e Estatística

Expediente de 21 de outubro de 1896

2ª SECÇÃO

Officios expedidos :

Ao Sr. Dr. prefeito, submettendo a despacho um requerimento de Cardoso, Pinto & Niobey.

Ao Sr. Dr. inspector das Obras Publicas, agradecendo a remoção do brandal de arame do Retiro Saudoso.

A' Directoria de Fazenda, remettendo cópia do decreto n. 311, de 19 do corrente, e solicitando o pagamento de uma conta de C. de Carvalhaes na importância de 900\$, correspondente à impressão do n. 9 da «Revista do Archivo».

2ª SECÇÃO

Officios recebidos :

Da agencia do districto do Sacramento, communicando ter remettido á procuradoria o auto lavrado contra Claudino da Silva & Comp., Ozalim Pará e a redacção do *Jornal do Brazil*.—Archive-se.

Da do 1º districto de S. José, relativamente á fiscalisação de carnes verdes.—Archive-se.

Da do Espirito Santo, solicitando-se pastilhas de strychnina.—A' 2ª secção.

Da do 1º districto do Engenho Velho, dando noticia da multa imposta a A. M. Teixeira da Motta.—A' Directoria de Obras.

Da do 1º districto do Engenho-Novo, communicando ter recolhido aos cofres municipaes a quantia de 50\$, importância da multa imposta a Costa & Gomes.—A' Directoria de Obras.

Da do 2º Districto (5), communicando ter remettido á procuradoria os autos lavrados contra Adelino Gonçalves Campos e Alberto Moreira Junior, o estado da rua Carolina Meyer e da valleta que atravessa á rua do Livramento e tratando das obras do predio n. 5 da rua Figueiredo.—A' Directoria de Obras.

Do encarregado do deposito particular de polvora e dynamite da ilha do Raymundo, communicando a remessa de explosivos, em data de hontem, para o becco do Bragança n. 18 e Estrada de Ferro Central do Brazil.—Archive-se.

Da ilha do Bom Jardim, idem, idem, em 22 do corrente para a casa de Mayrink, Abreu Machado & C.—Archive-se.

Da Fiscalisação do 2º districto de inflammaveis, remettendo a relação dos generos inflammaveis retirados do trapiche Carvalhaes nos dias 21 a 23 do corrente.—Idem.

Officios expedidos :

A' Directoria de Hygiene, remettendo a relação dos locais das agencias urbanas e suburbanas da Prefeitura, conforme requisitou.

A' Procuradoria dos Feitos da Fazenda Municipal, remettendo o requerimento de José Coelho Pereira Junior.

A' Inspectoria das Mattas Maritimas e Pesca, respondendo aos officios ns. 751 e 753.

Requerimentos despachados

Enviados á Directoria de Fazenda :

Inicio de negocio, industria ou profissão:

Taverna.—Gomes Serpa n. 37 E, Manoel Francisco Pinto.—Deferido, de accordo com a informação.

Botequim.—Praia n. 124, Francisco Antonio Pinheiro.—Deferido.

Aves e ovos.—Costa n. 84, Francisco Jacintho Ferreira & Bandeira.—Deferidos.

Casa de pasto.—Passagem n. 63, Manoel Alves de Oliveira o Sit.—Deferido.

Casa de alugar comodos.—Souto n. 22, Joaquim Ferreira Bastos.—Deferido.

Escriptorio.—Becco da Lapa dos Mercadores n. 4, Goulart & Comp.—Deferidos, de accordo com a informação.

Constructores.—Manoel Rocha Pereira Junior, João Joaquim Fernandes Torres, Antonio Rodrigues Vieira.—Deferidos.

Mercadores ambulantes.—Alfredo de Almeida Lima, João Paes da Costa e Salomé da Rocha Campista.—Deferidos.

Veiculos terrestres.—Fontes & Comp., e Henrique Ferreira Peixoto.—Deferidos.

Adicionaes :

Objectos para finados a chapéos.—Passagem n. 16, José Maria Campos.—Deferido.

Café moido a botequim.—General Sampio n. 16, José de Loureiro.—Deferido.

Flores artificiaes a armarihu.—S. Clemente n. 16, Augusto da Silva Soares.—Deferido.

Café feito a taverna.—Jockey Club n. 20, Albino de Sá Carneiro Chaves.—Deferido.

Transferencias de firmas:

Tavernas—Dr. Dias da Cruz n. 1, de Joaquim de Almeida Cardoso Junior para Salgado & Montenegro; Miguel de Paiva n. 7, de Lino Francisco da Silva para Joaquim Gonçalves de Mattos o outro; D. Anna Leonidia n. 10 (Inhaúma), de Gonçalves & Machado para Adelia Teles Guimarães.—Deferidos.

Transferencias de local:

Sapateiros—Da rua Torres Sobrinho n. 1 para a rua Goyaz n. 180, Pedro Pulheza; da rua da Uruguayana n. 19, para a Praia n. 4, Santos Junior.—Deferidos.

Kiosque—Da Praça da Republica n. 113, para a Praia Formosa sem numero, Dias & Corrêa.—Deferidos.

Deposito fechado—Da rua da Constituição n. 18 para a do Visconde de Inhaúma n. 3 (sobrado), Companhia Antartica Paulista.—Deferido, de accordo com a informação.

Panorama—Da rua do Espirito Santo n. 5 para a do Ouvidor n. 129, Raphael Troiano.—Deferido.

Lettreiros—Misericordia n. 17, Rocha Ribeiro & Comp., Carmo n. 27, Manoel Pereira de Barros Lima.—Deferidos.

Gonçalves Dias n. 81, Thomaz Price & Comp., Quitanda n. 10, Bernardo La Fuente.—Deferidos, de accordo com a informação.

Toldo—Senador Euzebio n. 109, João Keer.—Deferido, de accordo com a informação.

Baixa de imposto—João Baptista Prado.—Indeferido.

Relevação de multas—Mariana Costa.—Deferido.

José Silverio da Souza.—Deferido, de accordo com a informação.

Requerimento archivado:

Relevação de custas—Possidonio de Carvalho Moreira (Dr.)—Indeferido.

Despachos interlocutorios

Oliveira Pacheco & Comp.—Satisfacem os requerentes a exigencia da Directoria de Fazenda.

Vinte e cinco requerimentos á Directoria de Hygiene.

Dous ditos á Directoria de Fazenda.

Dous ditos á Directoria de Obras.

Um dito á Inspectoria de Mattas, Arborisações, Jardins e Caças.

Um dito á Capitania do Porto.

Thomaz Decremento.—Junto-se autorisação do proprietario da casa commercial.

3ª SECÇÃO

Officios recebidos:

Das agencias da prefeitura nos districtos de Inhaúma e Jacarépaguá, enviando os mapps de nascimentos, casamentos e obitos do mez de setembro findo.

Directoria de Obras e Viação

1ª SECÇÃO

Requerimentos despachados

Dia 21 de outubro de 1896

Coronel Dr. Tito Augusto P. Carrero.—Requeira opportunamente.

José Marques de Carvalho.—Restitua-se.

Carlos Hasenelever.—Passe-se alvará.

Gaspar de Araujo Bastos.—Idem.

Antonio Jacintho Machado.—Idem.

Marim Ignacio da G. Garcia.—Idem.

Theodoro Pupo de Moraes.—Idem.

Antonio de Souza Mello.—Idem.

Domingos Moura Castro.—Idem.

Luiz Augusto de S. Bahiana.—Póde ser deferido.

Luiz Pamplona Côrte Real.—Satisfaca a multa e os emolumentos devidos para ser attendido.

2ª SECÇÃO

Despachos do prefeito:

Bento José da Costa Brazil.—Deferido.

Antonio Jannuzzi, Irmão & Comp.—Deferidos, nos termos do parecer.

Antonio Joaquim da Silva, Manoel Mendes Mourão Maia, Sebastião Francisco de Almeida.—Indeferidos.

Despacho do director:

Antonio Rodrigues Reginaldo.—Apresente prospecto de reconstrucção.

Sebastião Rodrigues Sete & Camara.—Projectem construcção que seja comportada pelo terreno que possuem.

Moraes & Teixeira.—Requeiram de accordo com a vistoria.

M. Osorio & Comp.; Adherbal da Costa & Comp.—Passe-se alvará.

Directoria de Instrucção

1ª SECÇÃO

Expediente de 23 de outubro de 1896

Officio ao Sr. Dr. Benjamin Franklin Ramiz Calvão, communicando a resolução do jury da Exposição Universal de Chicago que conferiu á Inspectoria Geral da Instrucção Publica do Rio de Janeiro um diploma e medalha de bronze.

Portarias ás adjuntas Carmen Marroig e Evangelina Osorio da Fonseca para terem exercicio, a primeira na 9ª escola feminina do 3º districto e a ultima na 6ª de igual sexo do 5º districto.

—Ao Sr. Dr. prefeito, apresentando as instrucções organisadas pelo conselho de instrucção para a impressão de livros didacticos, afim de serem approvados.

Directoria Geral de Hygiene e Assistencia Publica

Requerimentos despachados

Dia 21 de outubro de 1896

Antonio Teixeira da Costa, Eduardo Belengieri, Speridião & Comp., Manoel Antonio e Moura Machado, Martins & Leite.—Sejam presentes á Directoria do Interior e Estatística.

Francisco Gonçalves Fontes, Francisco Teixeira Marques.—A' Directoria de Obras e Viação.

NOTICIARIO

Associação Promotora da

Instrucção—Sessão da directoria e conselho, em 25 de outubro de 1896—Presidencia do Dr. Manoel José de Menezes Prado—Secretarios conselheiro Francisco José Ferreira, 1º, e 2º, commendador Carlos de Araujo.

Estiveram presentes os Srs. socios Dr. Ribeiro de Almeida, conselheiro Alencar Araripo, barão de Penalva, professor Frazão, commendadores João Alves Affonso, José Luiz Alves, Manoel Pereira Passos e Drs. Cunha Barbosa, Eduardo Correia e Carvalho Aragão,

Lida o approvada a acta da sessão antecedente, o 1º secretario dá conta do seguinte expediente :

N. 9.—Escola Senador Correia, em 4 de setembro de 1896.—Sr. presidente da Associação Promotora da Instrução.

Remetto a V. S. os inclusos mappas do concurso effectuado nesta escola, no mez de agosto ultimo. Saude e fraternidade.—Antonio Babo Ribeiro e Souza Junior.

Concursos do mez de agosto. Curso nocturno.—4ª classe. Grammatica e arithmetica.—1º, Benjamin Moreira, 5 pontos; 2º, João Dias Martins, 3 pontos; 3º, Oscar de Freitas, 2 pontos. Geographia e historia do Brazil.—Benjamin Moreira, 5 pontos.

3ª classe.—1º, Benedicto Colmenero, 6; 2º, Manoel Fragozo, 5; 3º, Antonio da Silva Cardoso, 4; 4º, Francisco Pereira da Silva, 3; 5º, Joaquim Dias Cardoso, 2.

2ª classe.—1º, Manoel José de Sant'Anna, 6 pontos; 2º, João Zideric, 5; 3º, Antonio Ferreira Guedes, 4; 4º, Joaquim Tavares Lopes, 3; 5º, Gastão Nicolão da Silva, 2.

1ª classe.—1º, Henrique Ribeiro da Cunha, 6 pontos; 2º, Nilo Martins, 5; 3º, Manoel Joaquim da Cruz, 4; 4º, José Monteiro, 3; 5º, José Ribeiro Guimarães Filho, 2; 6º, Alfredo Ribeiro da Cunha, 1.

Curso de desenho.—Desenho de figuras (cópia de estampas): Arthur Marques, grão 5; Joaquim Luiz Pereira, 4.

2ª classe.—João Dias Martins, grão 6; Jacob de Souza Tavares, 5; Nilo Martins, 4; José Ribeiro Guimarães Filho, 3.

Desenho de ornatos (cópia de estampas)—2ª classe: Joaquim Tavares Lopes, grão 6; José Monteiro, 5.

Desenho linear.—1ª classe—Kociusko de Faria, grão 5.

2ª classe—João Dias Martins, grão 5.

Quadro de honra—Benjamin Moreira, Benedicto Colmenero, Manoel José de Sant'Anna, Henrique Ribeiro da Cunha, Arthur Marques, João Dias Martins e Joaquim Tavares Lopes.

—Escola Santa Isabel.—Rio de Janeiro, 9 de setembro de 1896.—Illm. e Exm. Sr. Cumpro o dever de enviar a V. Ex. os mappas dos concursos de portuguez, arithmetica e religião, geographia e historia do Brazil, effectuados em ambos os cursos desta escola, no mez de agosto findo, bem como os do quadro de honra, em que figuram os alumnos que se tornaram mais dignos por sua applicação o bom procedimento. Os professores continuam bem no cumprimento de suas arduas funcções.

Deus guarde a V. Ex. Illm. e Exm. Sr. Dr. Manoel José de Menezes Prado, dignissimo presidente da Associação Promotora da Instrução.—Conego Venerando da Graça, superintendente.

Concursos do mez de agosto.—Curso diurno—Classe unica—Adelaide Herminia Rodrigues, 6 pontos.

7ª classe.—1ª, Celina Camisão, 6; 2ª, Rufina Leite Lourico, 5; 3ª, Lucilia Rodrigues, 4.

6ª classe.—1ª, Urania Camisão, 6 pontos; 2ª, Virginia do Inhatá, 5; 3ª, Maria Eugenia de Sá, 4.

5ª classe.—1ª, Leonor do Inhatá, 6 pontos; 2ª, José Murтинho de Moraes, 5; 3ª, Ottilia Leite Lourico, 4.

4ª classe.—1ª, Leonor Braga, 6 pontos; 2ª, Maria do Oliveira, 5; 3ª, Virginia Souza, 4; 4ª, Adelia Pereira, 3; 5ª, Simphorosa Lallala, 2.

3ª classe.—1ª, Maria Isabel Dias, 6 pontos; 2ª, Anna Pereira, 5; 3ª, Antonio Dutra Daniel, 4.

Quadro de honra—Adelaide Herminia Rodrigues, Celina e Urania Camisão, Leonor do Inhatá, Leonor Braga e Maria Isabel Dias.

Curso nocturno.—3ª classe.—1º, Joaquim Penha, 6 pontos; 2º, Pedro Penha, 5; 3º, Alfredo Martins Lopes, 4; 4º, Francisco Luiz Vieira, 3; 5º, João dos Santos Pedrosa, 2; 6º, Paulo Oscar Henning, 1.

2ª classe.—1º, Lourenço Martins de Andrade, 6 pontos; 2º, Manoel Luiz Vieira, 5; 3º, Bernardino José, 4; 4º, Mario Alves, 3; 5º, Oscar de Sant'Anna, 2; 6º, Antonio Ferreira da Silva.

1ª classe.—1º, Francisco de Paula de Andrade, 6 pontos; 2º, Manoel Vianna, 5; 3º, João Baptista Soares, 4; 4º, Manoel da Costa, 3; 5º, Manoel dos Reis, 2; 6º, Arthur do Nascimento, 1.

Quadro de honra, por applicação—Joaquim Penha, Lourenço Martins de Andrade, Francisco de Paula de Andrade Mello; por bom procedimento, João dos Santos Pedrosa, Mario Gomes e João Baptista Soares.

Illm. Exm. Sr. presidente da Associação Promotora da Instrução—De accordo com o que preceituum os estatutos desta associação remetto a V. Ex. os concursos dos alumnos, do mez de setembro.

Saude e fraternidade—Ao Illm. Exm. Sr. presidente da Associação Promotora da Instrução—O superintendente da Escola de S. Christovão, *Milcides Mario de Sá Freire*.

Concursos do mez de setembro.—Curso diurno.—3ª classe.—1º lugar, Olga Barbeito, 6 pontos; 2º, Anna de Figueiredo, 5.

2ª classe.—1ª, Olindina Bittencourt, 6; 2ª, Leah Sholl, 5; 3ª, Augusta de Sá, 4; 4ª, Leosinda Brito de Andrade, 3; 5ª, Isaura Brito de Andrade, 2; 6ª, Georgeta Maria da Fonseca.

Quadro de honra—Olga Barbeito e Olindina Bittencourt.

Curso nocturno.—3ª classe.—1ª turma: 1º lugar—Domingos Azarani, 6 pontos; 2º, Alberto L. Lima, 5; 3º, Baptista Carrera, 4; 2ª turma.—1º, Manoel Pereira da Annuniação, 5 pontos; 2ª classe.—1º lugar, Francisco das Chagas, 5; 2º, Miguel do Nascimento, 4; 3º, Victorino José dos Santos, 3; 4º, Joaquim Barbeito, 2.

Quadro de honra—Domingos Azarani, Manoel Pereira da Annuniação e Francisco das Chagas.

—N. 10.—Escola Senador Correia, Rio de Janeiro, 5 de outubro de 1896.

Illm. Sr.—Remetto a V. S. os inclusos mappas dos concursos effectuados nesta escola, durante o mez de setembro ultimo.

Saude e fraternidade.—Illm. Sr. presidente da Associação Promotora da Instrução.—O director, Antonio Babo Ribeiro e Souza Junior.

Concursos do mez de setembro.—Curso nocturno.—4ª classe—grammatica e arithmetica.—1º lugar, Benjamin Moreira, 6 pontos; 2º, Oscar de Freitas, 5; 3º, João Dias Martins, 4. Geographia e historia—Benjamin Moreira, 6.

3ª classe.—1º, Benedicto Colmenero, 6 pontos; 2º, Jacob de Souza Tavares, 5; 3º, Antonio da Silva Cardoso, 4; 4º, Manoel Silvestre Fragozo, 3; 5º, Joaquim Dias Cardoso, 2; 6º, Francisco Pereira da Silva.

2ª classe.—1º, Manoel José de Sant'Anna, 6 pontos; 2º, João Zideric, 5; 3º, Antonio Ferreira Guedes, 4; 4º, Gastão Nicolão da Silva, 3.

1ª classe.—1º, Alfredo Ribeiro da Cunha, 6; 2º, Antonio de Bittencourt Sampaio, 5; 3º, Joaquim Luiz Pereira, 4; 4º, Henrique Ribeiro da Cunha, 3; 5º, Arthur Marques, 2; 6º, Antonio Rodrigues Gaspar, 1.

Curso do desenho.—Desenho de figuras desenho de figura (cópia de estampas)—1º, João Dias Martins, grão 6; 2º, Jacob de Souza Tavares, grão 5; 3º, Nilo Martins, 4; 4º, José Ribeiro Guimarães, 3.

Desenho de ornatos (cópia de estampas)—1º, Joaquim Tavares Lopes, grão 6; 2º, João Monteiro, 5.

Desenho linear—Kociusko de Faria, grão 5.

Quadro de honra—Benjamin Moreira, Benedicto Colmenero, Manoel José de Santa Anna, Alfredo Ribeiro da Cunha, João Dias Martins, Joaquim Tavares Lopes e Kociusko de Faria.

—Escola Santa Isabel—Rio de Janeiro, 17 de outubro de 1896.

Illm. e Exm. Sr.—Tenho a honra de passar as mãos de V. Ex. os mappas dos concursos effectuados entre os alumnos dos cursos diurno e nocturno desta escola, no mez de setembro findo, declarando que continha a harmonia entre os professores, alumnos e mais pessoal da escola, sendo louvaveis os bons exemplos que todos dão, cada um dentro da orbita de seus deveres.

Deus guarde a V. Ex., Illm. Exm. Sr. Dr. Manoel José de Menezes Prado, dignissimo presidente da Associação Promotora da Instrução.—Conego Venerando da Graça, superintendente.

Concursos do mez de setembro.—Curso diurno.—Classe unica—Adelaide Herminia Rodrigues, 6 pontos.

7ª classe.—1ª, Lucilia Rodrigues, 6 pontos; 2ª, Rufina Leite Lourico, 5; 3ª, Celina Camisão, 4.

6ª classe.—1ª, Urania Camisão, 6 pontos; 2ª, Virginia do Inhatá, 5; 3ª, Maria Eugenia de Sá, 4.

5ª classe.—1ª, Leonor do Inhatá, 6 pontos; 2ª, Ottilia Leite Lourico, 5; 3ª, José Martinho de Moraes, 4.

4ª classe.—1ª, Maria do Oliveira, 6 pontos; 2ª, Leonor Braga, 5; 3ª, Adelia Pereira, 4; 4ª, Virginia Souza, 3; 5ª, Leopoldina Lage.

Curso nocturno.—3ª classe.—1º, Joaquim Penha, 6 pontos; 2º, Pedro Penha, 5; 3º, Alfredo Martins Lopes, 4; 4º, Paula Oscar Henning, 3; 5º, Francisco Luiz Vieira, 2; 6º, João dos Santos Pedrosa, 1.

2ª classe.—1º, Mario Gomes, 6 pontos; 2º, Manoel Vianna, 5; 3º, Jerimias Chaves, 4; 4º, Oscar de Sant'Anna, 3; 5º, Jose Antonio da Silva, 2; 6º, Lourenço Martins de Andrade, 1.

1ª classe.—1º, Galdino Brandão, 6 pontos; 2º, Francisco de Paula Andrade Mello, 5; 3º, Oscar Joaquim Tosta, 4; 4º, João Henning, 3; 5º, Francisco Sant'Anna dos Santos; 6º, José Vianna, 1.

Quadro de honra—Curso diurno—Adelaide Herminia Rodrigues, Lucilia Rodrigues, Urania Camisão, Leonor do Inhatá, Maria do Oliveira.

Curso nocturno—Joaquim Penha, Mario Gomes e Galdino Brandão.

Capital federal, 20 de outubro de 1896.

—Illm. e Exm. Sr. Dr. Manoel José de Menezes Prado.—Tendo regressado de minha excursão aos Estados do norte do Brazil, por motivo de molestia, venho participar a V. Ex. que durante minha ausencia não houve alteração na bibliotheca dessa benemerita associação e foram offerecidos a mesma os livros constantes da relação junta.

Saude e fraternidade.—Dr. A. C. Barbosa.

Relação dos livros offerecidos nos mezes de julho a outubro corrente:

Dr. Alfredo do Nascimento—*Infeções simultaneas—O tributo da morte—Da receptividade morbida*, 3 folhetos; *Annaes da Academia Nacional de Medicina*, volumes 10, 19, 22, 23, 24, 26, 60 e 61.

Francisco Alves do Oliveira—*Gymnastica Escolar. Maximas pelo Marquez de Maricá. O Brazil*, pelo Dr. Alberto Brandão. *Revista Maritima*—julho a outubro de 1896, *O Direito*, idem. *Revista Pedagogica* n. 48. *Revista do Instituto Historico do Rio de Janeiro*, 1º semestre de 1896.

Imprensa Nacional—*Os tres grandes capitães da Antiguidade*, pelo Dr. Cesar Zama. *Vida do Marquez de Barbacena*.

Do director da bibliotheca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro—4º supplemento do catalogo dessa bibliotheca.—Mandou-se agradecer.

O Sr. presidente informou que recobeu da secretaria do Ministerio da Industria a medalha e diploma, que pelo jury da Exposição Colombiana de Chicago foram conferidos a nossa associação.

Correio—Esta repartição expedirá malas hoje, pelos seguintes paquetes:

Pelo *Narmandia*, para Cabo Frio e Macahé, recebendo impressos até as 9 horas da manhã, cartas para o interior até as 9 1/2, ditas com porte duplo até as 10.

Pelo *Mashelyne*, para Pernambuco e Nova York, recebendo impressos até as 7 horas da manhã, cartas para o interior até as 7 1/2, ditas com porte duplo e para o exterior até as 8.

Pelo *Béarn*, para o Rio da Prata e Paraguay, recebendo impressos até as 6 horas da manhã, cartas para o exterior até as 7.

Pelo *Les Andes*, para Dakar, Marselha e Genova, recebendo impressos até as 9 horas da manhã, cartas para o exterior até as 10.

— Amanhã:
Pelo *Vitoria*, para Las Palmas e Genova, recebendo impressos até as 9 horas da manhã, cartas para o exterior até as 10, objectos para registrar até as 6 da tarde de hoje.
— Convidam-se os remetentes das cartas dirigidas a Joaquim Fernandes, Capital; Barão de S. Marcellino, Juiz de Fora; Joanna de

Castro Corrêa, Petropolis; Idalina M. da Cruz Moreira, Campo Grande; Amelia de Vilal, freguezia de Paranhos, Portugal, a comparecerem na 4ª secção desta repartição, bem como o remetente da carta dirigida a Maria Giuseppe Mazzarella, Italia, a comparecer na 5ª secção, afim de prestarem esclarecimentos.

Alfandega de Corumbá

ESTADO DE MATTO GROSSO

Quadro demonstrativo das rendas arrecadadas por esta alfandega no mez de junho de 1896, comparada com as de igual mez de 1895, organizado de accordo com a circular n. 13, de 2 de abril de 1884

TITULOS DAS RENDAS	JUNHO		DIFERENÇAS		TONELAGEM	
	1896	1895	Para mais	Para menos	1896	1895
<i>Importação</i>						
Direitos de importação para consumo..	125:712\$967	67:977\$928	57:735\$039			
Expediente dos generos livres de direitos de consumo....	249\$025	173\$700	75\$325			
Dito das capatazias..	324\$450	256\$340	64\$110			
Armazenagem.....	3:793\$020	1:614\$534	2:178\$486			
<i>Despacho marítimo</i>						
Imposto de pharóes..	44\$000	100\$000		56\$000	1.106	525,60
Dito de docas.....	94\$380	46\$290	48\$180			
Interior.....	1:382\$890	1:777\$761		394\$871		
<i>Consumo</i>						
Imposto sobre o fumo.	252\$000	116\$200	135\$800			
Extraordinaria.....	1:557\$819	2:458\$649		901\$030		
Depositos.....	2:670\$000	900\$000	1:770\$000			
	136:076\$351	75:421\$312	62:006\$940	1:351\$901		

A differença é de 60:655\$939 para mais.

Alfandega de Corumbá, 4 de julho de 1896.—O 2º escripturario, *Anselmo Liberato de veira*.

Quadro demonstrativo das mercadorias livres de direitos pela tarifa e outras disposições em vigor despachadas nesta alfandega para consumo no mez de junho de 1896

MERCADORIAS	VALORES OFFICIAES	DIREITOS	
		Arrecadados	Nº arrecadados
<i>Sujeitas a expediente:</i>			
Varias peças de machinas para lavoura.....	438\$000	48\$180	
Machinas para lavoura.....	1:829\$500	200\$845	
<i>Livres completamente de direitos:</i>			
Diversos artigos de producção do sólo e industria da Republica do Paraguay.....	144:707\$369		50:375\$372
Idem de producção do sólo e industria da Republica da Bolivia.....	29:972\$500		14:195\$600
	176:947\$869	240\$025	64:571\$472

Santa Casa da Misericordia—O movimento do Hospital da Santa Casa da Misericordia, dos hospicios de Nossa Senhora da Saude, de S. João Baptista, de Nossa Senhora do Socorro e de Nossa Senhora das Dores, em Cascadura, foi, no dia 15 de outubro, o seguinte:

	Nac.	Est.	Total
Existiam.....	776	822	1.598
Entraram.....	24	31	55
Sahiram.....	26	26	52
Falleceram.....	4	4	8
Existem.....	769	821	1.590

O movimento da sala do banco e dos consultorios publicos foi, no mesmo dia, de 373 consultantes, para os quaes se aviaram 424 receitas.

Fizeram-se 21 extrações de dentas.
Obituario—Foram sepultadas no dia 18 do corrente as seguintes pessoas, fallecidas de :

Arterio-sclerose—o portuguez José Moreira Souza, 55 annos, cas. d., residente e fallecido à ladeira do Castro n. 13; a africana Maria Rosa da Conceição, 60 annos, solteira, residente e fallecida no Asylo de Santa Maria. Total, 2.

Athresia—as fluminenses Albertina, 4 dias, filha de Deolindo Francisco Torquato, fallecida na Santa Casa; Maria Margarite, 4 mezes, filha de Leon Lacroit, residente e fallecida à praia da Saudade n. 22. Total, 2.

Bacillose pulmonar — o paulista Alfredo Martins, 30 annos, solteiro, residente e fallecido à rua do Evaristo da Veiga n. 36.

Convulsões—o fluminense Optaciano, 2 annos, filho de Ed. Salomão Souza, residente e fallecido à rua do Senado n. 218.

Diarrhéa — o fluminense Carlos, 16 dias, filho de José Monteiro de Vasconcellos, residente e fallecido à rua Nabuco de Freitas n. 3.

Degeneração carcinatosa—o portuguez José de Souza Dias, 59 annos, solteiro, residente e fallecido à rua do Regente n. 76.

Enterocolite—a fluminense Regina, 3 mezes, filha de Fernando Caetano Valle, residente e fallecida à rua do Rozende n. 115.

Enterite aguda — a fluminense Carmen, 5 mezes, filha de Galdino Cicero Miranda Junior, residente e fallecida à rua de São Francisco Xavier n. 27 D.

Enterite infecciosa — o fluminense José, 5 mezes, filho de Paulo Ricardo dos Santos, residente e fallecido à rua Dias Ferreira n. 2.

Ectasia da aorta—o portuguez Antonio Pinheiro dos Santos Bastos, 51 annos, casado, residente e fallecido à rua Silva Manoel n. 52.

Fraqueza congenita—a fluminense Maria, 7 horas, filha do Antonio Leite Freitas, residente e fallecida à rua do Cunha n. 29.

Gastro enterocolite — a fluminense Maria Lourdes, 4 mezes, filha de Oscar de Freitas Amaral, residente e fallecida à rua do Conde de Irajá n. 62.

Lesão cardiaca—o portuguez Joaquim José Pereira, 40 annos, solteiro, residente e fallecido à rua de S. Christovão n. 81.

Lymphatite perniciososa — o portuguez José Curvello Avila Junior, 50 annos, casado, residente e fallecido à rua da Conceição n. 10.

Meningite—o fluminense Alvaro, 17 mezes, filho de Joaquim Marques dos Santos, residente e fallecido à rua do Itapirú n. 84.

Meningite tuberculosa—a fluminense Laura, 15 mezes, filha de Manoel da Silva Gomes, residente e fallecida à rua Sara n. 18.

Meningo-encephalite—os fluminenses Carolina Mangeor Carvalho, 18 annos, solteira, residente e fallecida à rua Dous de Dezembro n. 8; Edgar, 19 mezes, filho de Ed. Augusto Moscoso, residente e fallecido à rua Malvino Reis n. 22. Total, 2.

Nephryte—a pernambucana Honorata Candida, 55 annos, solteira, fallecida na Santa Casa.

Fetos—um, filho de Manoel José da Cunha Coutinho, residente à rua de S. João n. 46; outro, filho de Amelia Ramos, residente à rua do Evaristo da Veiga n. 73. Total, 2.

Pleuro pneumonia — a fluminense Leonor Ribeiro Lopes, 27 annos, viuva, residente e fallecida à rua do Estacio de S. n. 51.

Tuberculose — o fluminense João Romão Reis, 53 annos, solteiro, fallecido no Hospital de S. Francisco de Paula.

Tuberculose pulmonar—os fluminenses Lucrécia America Barreto, 35 annos, casada, residente e fallecida á rua Carolina n. 1 A; Amelia Maria Guimarães, 41 annos, casada, residente e fallecida á rua Josephina n. 21; Anna Regina Soledade Passos, 49 annos, viuva, residente e fallecida á rua Nabuco de Freitas n. 67; o portuguez José Joaquim da Silva, 44 annos, solteiro, residente e fallecido á rua de S. Pedro n. 53; o catharinense Antonio de Souza Goulart, 39 annos, solteiro, residente e fallecido á rua Visconde da Gavea n. 3; Sebastiana Vieira Cassilhos, residente e fallecida á ladeira do Barroso n. 13. Total, 5.

No numero dos sepultados está incluído um indigente, cujo enterro foi gratuito.

— Foi sepultada no dia 17 do corrente: Steatose pulmonar—a fluminense Maria Romana Bernardo Rocha (marquiza de Itamaraty), 78 annos, viuva, residente e fallecida no Alto da Boa Vista.

EDITAES E AVISOS

Escola Polytechnica

De ordem do Sr. director interino da escola, faço publico, para conhecimento dos interessados, que, por aviso de 17 do corrente do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, foi adiado por um mez o prazo para a inscripção de exames da primeira época do corrente anno e bem assim o da prestação dos referidos exames.

Rio de Janeiro, 19 de outubro de 1896.—O bacharel, José Joaquim de Miranda Horta, secretario.

Recebedoria da Capital Federal

IMPOSTO DE BEBIDAS

Por esta repartição se declara que, de accordo com o art. 16 do decreto n. 2.253, se está procedendo á arrecadação, á bocca do cofre, do imposto sobre bebidas, durante o corrente mez, findo o qual ficarão sujeitos á multa de 10 % os contribuintes que não o satisfizerem (art. 20 do citado decreto).

Recebedoria da Capital Federal, 1 de outubro de 1896.—O director, João Paulo da Cruz Romano.

Laboratorio Nacional de Analyses

De ordem do Exm. Sr. ministro da fazenda, acha-se aberta, a datar de hoje, neste laboratorio, a inscripção, que será encerrada 60 dias depois, para o concurso a um dos logares de chimico de 3ª classe, a que refere-se o regulamento, que acompanhou o decreto n. 1.257, de 3 de fevereiro de 1893.

Só serão admittidos á inscripção os candidatos que, além dos respectivos diplomas de medicos e pharmaceuticos e dos documentos comprobatorios da sua idoneid de como chimicos, apresentarem folha corrida do logar do domicilio.

O concurso constará de uma prova pratica, que versará sobre questões de analyse chimica, relativa e especialmente a substancias alimenticias e medicamentosas, e será feito conforme as instruções publicadas no *Diario Official*, de 22 de fevereiro de 1893.

Capital Federal, 26 de setembro de 1896.—O director, Dr. Borges da Costa.

Inspectoria Geral de Saude dos Portos

COMPRA DE UMA LANCHAS A VAPOR PARA O ESTADO DA PARAHYBA

De ordem do Sr. Dr. inspector geral, faço publico que, na secretaria desta inspectoria, serão recibidas no dia 3 de novembro proximo futuro, á 1 hora da tarde, propostas fechadas para a compra de uma lancha a vapor, já prompta, para o porto da Parahyba, sob as seguintes condições:

1ª

A lancha deve ser nova, de madeira de lei pregada e encavilhada de cobre, e forrada do

mesmo metal até o lume d'agua, e entregue prompta para o serviço no porto a que é destinada.

2ª

As dimensões devem ser as seguintes, pouco mais ou menos: comprimento 12^m,2; bocca 3^m; pontal 2^m.

3ª

A lancha deve ter convéz, capuchana, sustentada por balaustres de ferro, e paneiro na pópa com bancada para passageiros.

4ª

Deve ter oito millas de velocidade approximadamente.

5ª

O aparelho motor deve ser de solida construcção, de material de primeira qualidade, com boa mão de obra, e proporcionado á velocidade pedida.

6ª

As propostas serão abertas na presença dos pronantes ou de seus legitimos representantes, logo após o seu recebimento; deverão ser escriptas em duplicata, com tinta preta, sem rasuras, entrelinhas ou emendas; terão o preço de oito contos de réis (8.000\$), no maximo, por extenso, e em algarismos; serão assignadas pelos proponentes, ou seus representantes, e selladas com estampilhas da União.

Secretaria da Inspectoria Geral de Saude dos Portos, 18 de outubro de 1896.—O secretario, Dr. J. Pereira Landim.

Ministerio da Industria, Viacção e Obras Publicas

DIRECTORIA GERAL DA INDUSTRIA

De ordem do Sr. ministro e em observancia ao que dispõe o art. 6º, § 3º, da lei n. 360, de 30 de dezembro de 1895, se faz publico que durante o prazo de 60 dias, a contar desta data, se receberão propostas na Directoria Geral da Industria do mesmo ministerio, e no Estado do Piahy para o contracto do serviço de navegação entre os portos de S. Francisco e Amarante ao da Tutóia.

I

O contractante obriga-se a fazer duas viagens redondas mensaes dos portos de S. Francisco e Amarante no rio Parahyba ao da Tutóia, no estado do Maranhão, com escalas por Therezina, União, Curralinho, Buqueirão, Repartição, Santa Quitéria, Porto Alegre, Parahyba, Araiozes, Belém, Castelhanos, Miguel Alves, Marroas e Barra de Longá.

II

Este serviço será feito com vapores novos e apropriados a tal navegação e com barcos de ferro, tantos quantos sejam necessarios aos mesmo serviço.

III

O contractante começará a navegação dentro de oito mezes.

IV

Os vapores serão isentos da qualquer imposto por transferencia de propriedade ou matricula, bem assim, serão de nacionalidade brasileira, e gosarão de todos os privilegios e isenções de paquetes, e a respeito de suas tripolações se praticará o mesmo que se pratica com os navios de guerra nacionaes, o que todavia não os isentará dos regulamentos de policia, das alfandegas e capitancias de portos.

V

O material que o contractante importar para a construcção dos vapores e barcos de que trata a clausula 2ª será tambem isento de qualquer imposto.

VI

Os vapores deverão ter a bordo o preciso para a viagem e serviço de reboque e de passageiros; bem assim o pessoal necessario ao serviço.

VII

Os dias e horas de partida, o tempo de demora em cada escala, a duração da viagem, os preços das passagens e fretes serão fixados

em tabellas organisadas pela empresa, de accordo com o fiscal e approvação do Ministerio da Industria, devendo as passagens do governo federal gosar de abatimento de vinte e cinco por cento (25 %), e as cargas vinte por cento (20 %).

As tabellas serão revistas no fim de dous annos.

VIII

Os vapores e barcos serão aceitos depois de examinados pelo fiscal da navegação e commissão para tal fim nomeada.

IX

A empresa obrigar-se-ha a transportar gratuitamente em seus vapores:

1º, as malas do correio nos termos da legislação vigente, obrigando-se a conduzi-las de terra para bordo e vice-versa, passando e exigindo recibos.

As repartições do correio terão as malas sempre promptas, afim de não retardarem as viagens dos vapores;

2º, o fiscal de navegação quando viajar em serviço;

3º, o empregado do correio incumbido das malas.

A estes funcionarios a empresa fornecerá comedorias;

4º, os dinheiros publicos. Os capitães dos vapores ou pessoa de sua confiança receberão e entregarão, passando o exigindo quitação nas respectivas repartições, os caixotes ou pacotes de dinheiro, não sendo entretanto, obrigados a verificar a respectiva importancia; a responsabilidade dos capitães cessará desde que na ocasião da entrega reconhecer-se que os sellos appostos estão intactos e sem nenhum signal de violação;

5º, os objectos remetidos ao Muséo Nacional ou á Secretaria do Estado dos Negocios da Industria, Viacção e Obras Publicas para aquelle estabelecimento; e bem assim os objectos destinados a exposições officiaes ou autorizadas pelo governo;

6º, as sementes e muda de plantas destinadas aos jardins ou estabelecimentos publicos.

X

Salvo os casos de sedição, rebellião ou por qualquer perturbação da ordem publica, não poderá o governador ou qualquer outra autoridade, transferir as saídas nem demorar os vapores.

XI

Os vapores da empresa serão vistoriados de seis em seis mezes, na forma do respectivo regulamento, a que assistirá o fiscal da navegação, que será avisado com 24 horas de antecedencia,

XII

As repartições fiscaes dos portos, onde os vapores tem de tocar, facilitarão por todos os meios a sahida delles e tanto as mesmas repartições como as autoridades locais prestarão a protecção e auxilio de que por qualquer motivo necessitarem.

XIII

No caso de innavegabilidade ou perda de algum dos vapores poderá a empresa, mediante prévia licença do Ministerio da Industria, fretar outro vapor nas condições exigidas, ou em caso de falta absoluta, o que mais se approximar.

A substituição será provisoria até que a empresa apresente outro de accordo com a clausula 2ª.

XIV

A interrupção do serviço por mais de um mez em toda a linha ou parte della, sem ser por effeito de força maior, sujeitará a empresa á indemnisação de todas as despesas, que o governo fizer para a continuação do serviço durante o tempo da interrupção, e mais a multa de 50 % das mesmas despesas.

No caso de abandono, além da caducidade, a empresa pagará a multa de 50 % da subvenção annual; entendendo-se por abandono a interrupção do serviço por mais de tres mezes, salvo caso de força maior.

XV

Em qualquer tempo, durante o prazo do contracto, o governo terá o direito de comprar ou tomar a frete compulsoriamente, os vapores da empreza, ficando esta obrigada a substituir os que forem comprados dentro do prazo de 10 mezes.

O fretamento será regulado pelo maior rendimento que dentro do anno obtenha a empreza em uma das viagens da linha.

A compra será pelo valor que tiver o vapor no ultimo balanço, abatendo-se 10 %.

XVI

A empreza deverá apresentar ao fiscal respectivo a estatística dos passageiros e cargas que seus vapores transportarem.

A estatística será feita pelo modelo adoptado e entregue dentro de 30 dias depois de findo cada trimestre.

XVII

Qualquer subvenção ou favor concedido pelo governo do Estado do Piahy em relação aos serviços contractados se tornarão effectivos, sem prejuizo das subvenções e favores a que o contractante tiver direito, em virtude de acto do governo federal.

XVIII

A empreza entrará adiantadamente para a alfandega com a importancia de 100\$000 mensaes, para pagamento do fiscal do governo.

XIX

A empreza ficará sujeita ás seguintes multas:

1^o, de quantia igual á subvenção respectiva, si não effectuar alguma das viagens;
2^o, de 200\$000 a 400\$000, além da perda da subvenção respectiva, si a viagem depois de encotada fór interrompida.

Si a interrupção fór por força maior, não terá logar a multa, e o contractante perceberá a quota da subvenção correspondente ás milhas navegadas.

Fica entendido, porém, que não é considerado caso de força maior a insufficiencia de profundidade, salvo quando houver grande estiangem;

3^o, de 200\$000 a 400\$000 por dia de demora na chegada do paquete;

4^o, de 100\$000 a 200\$000 pelo prazo de 12 horas, que exceder á fixada para a sahida do paquete;

5^o, de 200\$000 a 400\$000 pela demora da entrega das malas ou máo acondicionamento.

Esta multa será de 500\$000 no caso de extravio;

6^o, de 200\$000 a 400\$000 pela infracção ou inobservancia das clausulas do contracto para a qual não haja multa especial.

XX

Além da subvenção concede o governo isenção de direitos sobre o material, que importar para o custeio da navegação, durante o prazo do contracto, cabendo ao Ministerio da Fazenda a apreciação das qualidades dos artigos, que gosam desse favor, *ex-vi* dos arts. 2^o e 6^o § 2^o do decreto n. 946 A, de 4 de novembro de 1892. Cessará e-se favor, ficando a empreza sujeita á restituição dos direitos, que teria de pagar e á multa do dobro desses direitos, si houver alienação por qualquer titulo de objectos importados para o serviços

XXI

Em retribuição dos serviços especificados a empreza receberá a subvenção annual de quarenta e oito contos de réis (48:000\$) em moeda corrente, sendo o pagamento feito em prestações mensaes na alfandega do Piahy, depois de concluida a viagem, mediante requerimento da empreza, recibo das malas do correio e informação do fiscal.

XXII

No caso de desacordo entre a empreza e o governo sobre a intelligencia de alguma disposição do contracto, será a questão decidida por arbitramento.

As partes interessadas louvar-se-hão no mesmo arbitro, ou cada uma escolherá o seu,

os quaes antes de tudo deverão designar terceiro, que será desempatador, si por ventura os dous não chegarem a accordo.

Si os dous arbitros escolhidos pelos interessados discordarem sobre a designação do terceiro, deverá apresentar cada um o nome de um outro, e a sorte designará de entre elles o terceiro arbitro.

Fica entendido que este não será obrigado a decidir-se por um dos dous laudos; mas, si a questão versar sobre valores não poderá ultrapassar os limites fixados pelos arbitros.

XXIII

O contracto terá vigor por quatro annos, contados da data da respectiva assignatura.

XXIV

O contractante depositará, antes da assignatura do contracto, a caução de oito contos de réis (8:000\$) em moeda corrente ou em apolices da divida publica, que garanta a execução do contracto e bem assim de tres contos de réis (3:000\$) para garantir a assignatura do contracto, devendo acompanhar á sua proposta o conhecimento do mesmo deposito, que reverterá para o Thesouro si, no prazo de vinte dias, a contar da escolha feita pelo governo, não tiver assignado o respectivo termo na Secretaria dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas.

Directoria Geral da Industria, 27 de agosto de 1896.—Augusto Fernandes, director geral interino.

E. de Ferro Central do Brazil

CONCURRENCIA PARA O FORNECIMENTO DE 150.000 TONELADAS DE CARVÃO DE PEDRA DURANTE O ANNO DE 1897

De ordem da directoria, e em virtude da autorisação constante do aviso n. 121, de 8 de setembro ultimo, do Ministerio dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, se faz publico que, no dia 30 do novembro proximo futuro, á 1 hora da tarde, receber-se-hão propostas para o fornecimento de 150.000 toneladas do carvão de pedra de primeira qualidade para o consumo da estrada durante o anno proximo futuro.

Cada proposta será acompanhada do recibo de deposito, como caução, da quantia de 2:000\$, previamente feita na Thesouraria da Estrada, caução esta que reverterá para seus cofres, si, preferida sua proposta, o proponente recusar-se a assignar o respectivo contracto.

Os proponentes deverão apresentar-se nesta repartição no dia e hora acima indicados, trazendo as propostas fechadas, escriptas com tinta preta, devidamente selladas, datadas e assignadas, as quaes serão abertas e lidas em suas presenças.

As bases para o contracto são as seguintes:

I

Obrigam-se os contractantes a fornecer carvão de primeira qualidade procedente das minas de Powell Duffryn & Comp., de Cardiff, ou de outras que satisfaçam as condições exigidas, e dellas extrahido recentemente, tres vezes peneirado, que não produza mais de quatro por cento (4%) de cinza, não contenha mais de nove decimos por cento (0,9%) de enxofre e seu poder calorifico não seja inferior a oito mil e cem (8.100) calorias por gramma pelo calorimetro Thompson, o que tudo será verificado por analyses e experiencias feitas pela administração da estrada ou quem a mesma determinar.

II

O carvão que submettido a analyse e experiencia não revelar as qualidades especificadas na clausula anterior, será rejeitado e immediatamente substituido pelos contractantes por outro da qualidade exigida de modo que a Estrada não fique desprovida em cuja hypothese se supprira no mercado, correndo por conta dos contractantes a differença de preço, além da multa em que incorrerem.

III

O carvão deve ser entregue em grandes pedaços, não sendo admittidos mais de doze

por cento (12%) de um volume inferior a trinta pollegadas cubicas.

A verificação desta clausula será feita pelo modo que a administração da Estrada entender conveniente.

Si a quantidade de carvão miudo verificada em cada expedição for superior a estabelecida, será todo o carvão peneirado por conta do fornecedor, de modo que o volume dos pedaços inferiores a trinta pollegadas cubicas seja na proporção estabelecida.

IV

O carvão poderá ser entregue como for convencionado, ao costado dos navios ou junto a ponte ou caes da Estação Maritima da Gamboa, por quantidades correspondentes á media de doze mil o quinhentas toneladas (12 500 ton.) por mez, não podendo exceder em cada dia de quinhentas (500) toneladas.

Na primeira hypothese o transporte por saveiros, desde os navios até a ponte ou caes e dahi para os wagons ou depositos em terra, será feito por conta da estrada; na segunda esta ultima operação poderá ser feita por pessoal da mesma estrada ou pelos contractantes, como resolver a administração daquella, precedendo aviso de tres dias pelo menos.

V

Os preços se referirão á tonelada ingleza de mil e quinze (1.015) kilogrammas, para carvão entregue em cada uma das hypothese implicadas, não sendo nelles incluidos os direitos da Alfandega, visto como serão despachados os carregamentos que se destinarem á estrada á requisição desta e por empregados seus.

VI

Poderá a Directoria da Estrada permittir aos contractantes depositar o carvão que receberem fóra das proporções indicadas na clausula IV mas com destino á Estrada, em terrenos della na Estação Maritima da Gamboa ou onde convier, si isso for necessario para que a Estrada possa por si despachar o na Alfandega e para garantir a regularidade do fornecimento, ficando em tal caso vedado aos contractantes retirarem do deposito ahi estabelecido qualquer quantidade de carvão para outro destino.

VII

Os pagamentos serão effectuados na Thesouraria da Estrada ou no Thesouro Federal, por fornecimentos mensaes, em moeda nacional, dentro de sessenta dias do fornecimento e ao cambio do ultimo dia de cada mez, sendo o preço estipulado em libras sterlingas.

VIII

O fornecimento deverá começar no mez de janeiro de 1897 e ficar concluido em dezembro do mesmo anno.

IX

Os contractantes, para garantirem a execução do presente contracto, depositarão na Delegacia do Thesouro em Londres, si o contracto for lavrado na Europa ou na Thesouraria da Estrada, si for nesta Capital, no acto de sua assignatura, a quantia de cincoenta contos de réis (50:000\$) ou seu correspondente em ouro, para effectividade das multas em que incorrerem, sendo obrigados a integrala todas as vezes que for desfalcada por tal motivo, podendo em qualquer tempo ser substituido esse deposito por apolices da divida publica, devidamente caucionadas; a caução dinheiro não vencerá juros.

X

Na falta do comprimento de qualquer das clausulas estipuladas o nos casos não previstos no presente contracto, que possam trazer prejuizos á Estrada, poderá a Directoria da mesma ou o representante do governo na Europa multar os contractantes de dous a vinte contos de réis (2:000\$ a 20:000\$) conforme a gravidade da falta.

XI

A suspensão do fornecimento por mais de um mez e a tentativa de fazel-o com artigo de

qualidade inferior, dará direito a directoria da estrada a rescindir o contracto, com perda da caução de que trata a clausula nona (IX) em favor dos cofres da estrada.

XII

Dos actos da directoria da Estrada de Ferro Central do Brazil só haverá recurso para o ministro e secretario de Estado dos negocios da industria, viação e obras publicas.

Secretaria da Directoria da Estrada de Ferro Central do Brazil, 14 de outubro de 1896. — O secretario, *Manoel Fernandes Viçeuira*.

Administração dos Correios do Districto Federal e Estado do Rio de Janeiro

CONCURSO

De ordem do Sr. administrador dos correios do Districto Federal e Estado do Rio de Janeiro, faço publico que, durante trinta dias a contar desta data, acha-se aberta na 1ª secção desta administração, das 10 horas da manhã ás 2 da tarde, a inscripção para o concurso ao provimento de logares de praticantes e supplementes a effectuar-se no dia 22 de novembro proximo.

Os candidatos deverão ter de 18 a 30 annos de idade, gosar boa saude e estar vacinados, ter bom procedimento e conhecer as linguas portugueza e franceza, a geographia geral com desenvolvimento quanto ao Brazil, arithmetica até a theoria das proporções, inclusive; sendo motivo de preferencia o conhecimento de alguma ou algumas das seguintes materias: desenho linear, escriptura mercantil, inglez e allemão (art. 394, § 3º do regulamento).

O concurso será valido por um anno, a contar da data da ultima prova e só serão aprovados os candidatos que tiverem nota boa, pelo menos, na maioria das provas, bastando uma nota má para inhabilital-os. (art. 394, § 6º do regulamento).

Os candidatos reprovados ou não classificados só poderão de novo concorrer depois de um anno, contado da data da terminação de todas as provas. (art. 304 § 7º do regulamento.)

1ª secção, 20 de outubro de 1896. — O ajudante do administrador, *Luiz M. de Serqueira Braga*.

Prefeitura do Districto Federal

DIRECTORIA DO PATRIMONIO

1ª SECÇÃO

De ordem do Dr. director desta repartição, faço publico, para conhecimento dos interessados que José Ferreira do Moura requereu titulo de aforamento dos terrenos de marinhãs fronteiras aos de sua propriedade, situados no Rio das Poltras, freguezia de Jacarépaguá.

De accordo com o decreto n. 4.105, de 22 de fevereiro de 1868, convido a todos aquelles que forem contrarios a esta pretensão a apresentar-se nesta repartição no prazo de 30 dias, com documentos que proveem seus direitos, findo o qual a nonhuma reclamação se attendora, resolvendo-se como for de direito.

Directoria do Patrimonio, 26 de setembro de 1896. — O chefe, *Leal da Cunha*.

DIRECTORIA DO PATRIMONIO

2ª secção

De ordem do director do patrimonio, faço publico para conhecimento dos interessados, que D. Balbina Ferreira de Araujo requereu titulo de aforamento do terreno onde existia um chafariz denominado das Aguas Fereis, no Cosme Velho, que allega estar devoluto; por isso convida-se a todos aquelles que forem contrarios a essa pretensão, a apresentarem-se nesta repartição no prazo de 30 dias com documentos que proveem seus direitos; findo o qual a nonhuma reclamação se attendora, resolvendo-se como for de direito.

Segunda secção, 9 de outubro de 1896. — O chefe, *Arthur Rensburg*.

Directoria do Patrimonio

1ª secção

De ordem do Dr. director desta repartição, faço publico, para conhecimento dos interessados, que Domingos Rabello & Comp. requereram titulo de aforamento dos terrenos de marinhãs e accrescidos correspondentes aos de sua propriedade no porto de Inhaúma, medindo 22 metros pela estrada do porto de Inhaúma e 11 metros pela estrada do Bom Successo.

De accordo com o decreto n. 4.105, de 22 de fevereiro de 1868, convido a todos aquelles que forem contrarios a esta pretensão a apresentarem-se nesta repartição no prazo de 30 dias, com documentos que proveem seus direitos, findo o qual a nonhuma reclamação se attendora, resolvendo-se como for de direito.

Primeira Secção da Directoria do Patrimonio, 13 de outubro de 1896. — O chefe, *Leal da Cunha*.

FISCALISAÇÃO DO 2º DISTRICTO DOS INFLAMMABLES

O fiscal abaixo assignado, tendo de proceder no proximo mez á segunda correção nos districtos do Sacramento, Santa Rita, Santo Antonio, Sant'Anna e S. Christovão, avisa aos cidadãos commerciantes que negociam em generos inflammaveis a terem suas licenças no respectivo quadro, conforme determina o § 1º, do art. 27 do decreto n. 22, de 11 de novembro de 1895, sob pena de incorrerem na multa de 20\$00.

Chama tambem a attenção dos mesmos commerciantes para estarem munidos das respectivas licenças additionaes de qualquer materia explosiva ou inflammavel em que negociarem e que não constarem do alvará de licença que possuirem.

Capital Federal, 22 de outubro de 1896. — O fiscal, *Petro Olivzira*.

PATENTES DE INVENÇÃO

N. 1.510 bis—Memorial descriptivo acompanhando um peçido de certidão de melhoramentos introduzidos por José Simão da Costa na sua invenção privilegiada pela patente n. 1.540.

Os melhoramentos introduzidos na invenção privilegiada pela patente n. 1.540, que fazem o objecto do presente memorial, dizem respeito não sómente á composição da massa empregada no Pavimento Sanitario e a um novo tratamento prévio da materia, constituindo o elemento principal da dita massa, como tambem comprehende novos meios empregados para conseguir os fins da invenção e mais dispositivos combinados para tornarem praticos, economicos e duraveis, os calcamentos conseguidos de conformidade com o meu processo já privilegiado.

O asphalto empregado na massa de composição especificada no relatório do privilegio n. 1.540, é, como foi dito, o asphalto americano na proporção de 15 %, do volume da massa. Ora, essa materia é obtida pelo tratamento do asphalto bruto com 10 a 16 % do seu volume de residuo de petroleo bruto, constituindo o petroleo assim incorporado, um elemento pernicioso á composição ulterior da massa para o calcamento, a qual nunca pôde, devido a essa presença, chegar a um grau de completo homogeneidade.

Remove esse grave inconveniente, empregando na composição da massa, um asphalto ou betume preparado em misturando e amassando a quente, por qualquer meio mechanico apropriado, o asphalto bruto com 2,5 até 5 %, de seu volume de *malha* ou *schisto de abstrito* mineral. O asphalto assim obtido é misturado, enquanto liquido, com carbonato de cal de origem qualquer, silico, ou rocha calcarea de qualquer natureza, formando assim a massa para calcamento, no volume da qual entra o asphalto preparado como acabo de mencionar na proporção de 10 a 16 % e as outras materias, no de 9 a 84 %; essa composição aquecida a 230° C, é em seguida empregada.

Comquanto a massa composta e obtida do modo acima indicado satisfazá perfeitamente todos os requisitos de um bom calcamento, não me astringo ao seu emprego exclusivo, pois que consigo resultados superiores, empregando (quando se trata de calcamentos destinados a resistir a temperaturas elevadas) rochas calcarias betuminosas naturaes, contendo de 6 a 7 % de betume, ou aquellas mesmas rochas trazidas á mesma porcentagem de betume, quando este existir em proporção superior, pela addição de carbonato de cal de qualquer origem, sendo, porém, a porcentagem de betume adoptada de 9 até 10 % para os calcamentos em climas temperados, e em qualquer dos casos aquecida a materia, reduzida em pó, sómente até a temperatura de 10° na occasião de empregar-a. Essa materia submettida, a frio, á compressão mecanica, dentro de moldes ou fórmas apropriadas, chega assim mesmo a tomar uma cohesão, permitindo obter-se blocos proprios para laggedos, la trilhoso, telhas, revestimentos e outros artefactos analogos.

Entre as vantagens que mais recommendam o Pavimento Sanitario, a impermeabilidade é com certeza mais importante, porém assáz difficil de se conseguir, quando se trata de calçar ruas onde existem linhas de trilhos, pois torna-se, para isso, necessario obter entre os trilhos e o pavimento uma adherencia completa, impedindo as infiltrações, adherencias que consigo obter como se consegue: pinto, antes de proceder ao calcamento, os trilhos com uma composição de betume e resina, aquecida até ficar liquida, a qual composição determina quan lo se comprime o pavimento, a adherencia necessaria entre este ultimo e os trilhos. Nos logares correspondentes ás juntas dos trilhos, as infiltrações são evitadas pela collocação de ferro de 0,002 de espessura (em chapas).

Tratando-se de applicar o pavimento junto aos trilhos, facilita-se essa operação do modo seguinte: applica-se uma folha de ferro de cada lado e acompanhando o trilho, sendo essas folhas seguras por meio de pedaços de madeira da largura do trilho, nas faces exteriores das folhas marca-se a altura até a qual deve ser comprimida a massa, que em seguida se deita ao lado das ditas folhas e se comprime até a altura marcada, retirando-se em seguida as folhas e passando o roldão para que a junção do calcamento com o trilho seja perfeita, o que se produz, graças a mão de pintura, já mencionada, previamente dada ao trilho.

Quando se applica o pavimento entre os trilhos de linhas estabelecidas com trilhos do typo Vignole ou outro do cabeça; junto ás faces internas das cabeças, deve existir um rebaixo corrido, para dar caminho aos rebordos das rodas dos vehiculos que transitam nos trilhos; fôrmo este rebaixo por meio de cantoneiras 1 (fig. 1) parafusadas nos trilhos por meio de parafusos 2, atravessando mangas 3, interpostos entre os trilhos e as cantoneiras, afim de conservar a distancia conveniente 4, entre as cabeças e as cantoneiras.

Sobre as azas 5 das cantoneiras collocam-se chapas de ferro 6 nas quaes descansa o pavimento.

Põem-se formar assim por entre os trilhos tableiros consecutivos independentes, de comprimento conveniente, encostados topas a topas, onde formam juntas tomadas nas beiras e tornadas impermeaveis por uma solda superficial do pavimento, solda que se desfaz facilmente, quando se quer remover os tableiros, afim de proceder, entre os trilhos, a qualquer trabalho.

Em ruas estreitas onde possa haver necessidade de revolver o subsolo, depois de feito o pavimento, pôde elle assentar sobre placas de ferro de ligeiras dimensões, permitindo assim ser facilmente levantado e collocado de novo no seu logar primitivo, depois de feitas as obras subterraneas.

Portanto, na invenção privilegiada pela patente n. 1.540, da qual os pontos e caracteres essenciaes eram os seguintes:

1º, o calcamento das ruas obtido pelo emprego de uma mistura composta de asphalto natural americano, pó de pedra calcaria e

areia nas proporções seguintes: asphalto 15 %, pó de pedra 15 % e areia 70 %.

2.^o, a mistura, do paragrapho antecedente, conseguida em condições convenientes, em misturando o asphalto reduzido a pó e aquecido a uma temperatura de 90 a 130° C, com o pó de pedra e areia previamente aquecidos à mesma temperatura;

3.^o, o calçamento impermeavel das ruas conseguido por meio da mistura acima, deitada sobre o leito convenientemente preparado e em acto continuo seccada e comprimida, assim como a applicação para o fabrico de lages, pedras artificiaes, telhas, etc. da mesma mistura submettida à compressão mecânica.

Em resumo são pontos e caracteres constitutivos dos melhoramentos:

1.^o, o emprego de uma mistura ou massa obtida por meio do asphalto bruto tratada com 2, 5 até 5 % do seu volume de malha ou schisto de alcatrão mineral, mistura lo emquanto liquida com carbonato de cal, sílica ou rocha calaria; entrando nesta mistura ou massa: o asphalto (tratado como indicado) na proporção de 10 a 16 % do volume total e uma das outras materias, na de 90 a 84 %; sendo a dita massa aquecida a 230° C e em seguida empregada quente;

2.^o, a massa para o calçamento de ruas, conseguida pelo emprego exclusivo de rochas calcarias betuminosas naturaes, contendo 6 a 7 % ou 9 a 10 % do seu volume de betume, reduzidas a pó e aquecido somente até 100° C (cem grãos), sendo as rochas contendo a porcentagem de 6 a 7 % de betume escolhidas para os climas quentes e as contendo de 9 a 10 %, para os climas temperados;

3.^o, o emprego de rochas calcarias betuminosas naturaes contendo maiores porcentagens em betume que as das reivindicações acima, e trazidas a ter em volume as mesmas proporções desso ultimo corpo pela addição ás ditas rochas, de carbonato de cal em quantidade determinada para esse fim;

4.^o, a applicação das rochas calcarias betuminosas naturaes de composição das indicadas nas reivindicações 2.^a e 3.^a, ao fabrico, a frio e por compressão mecânica, de blocos proprios para lagedos, ladrilhos, telhas etc.;

5.^o, a applicação aos trilhos ou metaes presos dentro do pavimento, de uma composição de betume e resina, com o fim de obter a adherencia intima daquelles com este para evitar as infiltrações;

6.^o, a applicação de folhas do ferro corridas contra as faces lateraes dos trilhos e supportadas pelos mesmos para facilitar o trabalho do pavimento;

7.^o, rebaxos corridos, ao longo dos trilhos do tipo Vignole ou outros de cabeça semelhante, obtidos por meio de cantoneiras aparafusadas nos trilhos;

8.^o, vincos conseguidos pela pressão exercida sobre barras ou grades de ferro, de formas ou desenhos convenientes, deitadas sobre a superficie a vincar;

9.^o, o calçamento assentado sobre placas de ferro, constituindo-se assim tableiros, que se removem inteiricos e tornam a se collocar da mesma forma quando são necessarios trabalhos no subsola.

O tudo como acima substancialmente descrito para os fins especificados.

Rio de Janeiro, 21 de setembro de 1895. — Como procuradores, Jules Géraud & Leclerc.

N. 2.138 — Memorial descriptivo, acompanhando um pedido de privilegio, durante 15 annos, na Republica dos Estados Unidos do Brazil, para «um processo e apparelho para produção de misturas gazosas de base de aldehyde formica pura, destinadas á desinfectação». Invenção da Société Anonyme de l'Institut Ruoul Pictet, estabelecida em Friburgo (Suissa).

Refere-se a presente invenção a um processo e apparelho para produção de misturas gazosas de base de aldehyde formica pura, destinadas á desinfectação.

Até hoje a aldehyde formica, empregada em estado gazoso para desinfectação, se achava impura e misturada com gazes toxicos, o oxydo de carbono por exemplo.

Tem-se tentado proluzir a aldehyde formica pelo aquecimento trioxymethyleno, mas a concentração da aldehyde assim obtida dava como resultado a polymerisacção de uma forte proporção do producto.

Pela presente invenção obtém-se facilmente misturas gazosas, contendo a aldehyde formica pura; ficando assegurada uma operação muito rapida, que não apresenta perigo algum e permite obter misturas rigorosamente dosadas.

Consiste nosso processo em fazer passar, sobre trioxymethyleno ou outro isomero solido da aldehyde formica, uma corrente de gazes quentes, os quaes se carregam, durante sua passagem, de aldehyde formica pura.

Os gazes empregados podem ser o ar, ou outro gaz qualquer, antiseptico ou não.

O apparelho representado em secção vertical, no desenho annexo (fig 1), convém a todos os respeitoes para applicação do processo.

Compõe-se esse apparelho de uma capa cylindrica A, dotada em sua parte inferior de um orifício a, e na parte superior da qual acham-se praticadas um certo numero de aberturas a1.

O cylindro A fecha-se por por meio de uma tampa a2, em que se fixa de qualquer modo conveniente um thermometro a3, repousando o cylindro sobre um fogareiro B, de qualquer systema.

No interior do cylindro A acha-se disposta uma serpentina C, que, na sua parte superior commmunic, por meio do tubo c, em uma tubulura c1, dotada de uma torneira c2. A serpentina circunda um recipiente D, o qual se póde abrir pelo meio, como representa o desenho.

A parte inferior deste recipiente termina por um tubo d, fechado em sua parte inferior, na qual penetra a extremidade inferior da serpentina C.

O fundo do recipiente D é formado por uma peça de forma conica d1, dotado de aberturas convenientes.

A cauda d1 desta peça d1 penetra no tubo d, emquanto sua cabeça repousa sobre o fundo do recipiente D.

O topo deste recipiente termina por um tubo d2, cuja extremidade superior tapa-se por meio de uma rolha d3, que se parafusa sobre a cabeça do tubo d2, a qual assenta sobre um anel ou collar amovivel d4, collocado sobre a tampa a2.

Uma segunda serpentina E, semelhante á primeira, se acha disposta em redor do tubo d2, em cuja parte inferior está fixada, sendo sua outra extremidade ligada á tubulura e, fixada no cylindro A.

Acham-se essas serpentinas, como se vê, atadas aos diversos órgãos por meio de aneis, ou de qualquer outro modo conveniente.

O apparelho funciona do modo seguinte :

Carrega-se de trioxymethyleno ou outro polymero da aldehyde formica o recipiente D, e accende-se o fogareiro ou bico B. Introduce-se em seguida pelo tubo c1 uma corrente de gaz, antiseptico ou não, mantido sob pressão ou recalado directamente por qualquer meio apropriado. Aquece-se a corrente ao circular na serpentina C, de cima para baixo, sahindo depois pelas aberturas praticadas na peça d1; passa aavez do producto, e carrega-se de aldehyde formica, e escapa-se do recipiente pela serpentina E, em que se transforma o pó arrastado mecanicamente pela corrente.

O gaz carregado de aldehyde formica sahe do apparelho pelo tubo e e se espalha no local que se quer desinfectar.

E' claro que se poderia operar inversamente, produzindo uma aspiração pelo tubo e.

Em alguns casos é necessaria uma certa proporção de humidade para se obter uma boa desinfectação pela aldehyde formica.

Pó le-se, para esse fim, fazer penetrar no local para desinfectar, quando o grão hygrometrico do ar não se acha sufficiente, uma certa quantidade de vapor d'agua.

Esta introduccção de vapor d'agua póde ter lugar simultaneamente com a introduccção da aldehyde formica, utilizando para este fim o apparelho descripto acima e representado na figura 1, que basta modificar ligeiramente como se indica adiante e representa a figura 2.

A parte superior do recipiente, em vez de se parafusar sobre a parte inferior, applica-se simplesmente sobre a mesma, interpondo-se entre as duas partes uma juncta de amiantho ou outra materia, e ficando o conjunto mantido por meio de parafusos de pressão.

Além disso, a parte superior é dotada de duas tubuluras; uma lateral, para receber um estojo de cobre contendo um thermometro e outra central, como na figura 1.

A rolha de parafuso, porém, que tapa a parte superior desta ultima tubulura, dá passagem a um tubo dotado de uma torneira e de uma abertura envidraçada, que communica com um reservatorio ou recipiente, cujo gargalo se acha igualmente tapado por uma rolha de parafuso. Um tubo metallico inserto na rolha do recipiente, contendo o trioxymethyleno, penetra na parte superior do reservatorio collocado sobre o mesmo recipiente.

Contem esse reservatorio uma certa quantidade de agua que se póde fazer correr de modo continuo no recipiente inferior.

F (figura 2) é o recipiente superior; f1 o seu tubo central, que atravessa a rolha d3; f2, a torneira do tubo f1, e f2 a abertura envidraçada. G é o tubo que faz communicar os dous recipientes por sua parte superior; H o thermometro, e H1 o estojo de cobre deste.

Em vez de se empregar simultaneamente os polymeros solidos da aldehyde formica, como o trioxymethyleno e a agua, póde-se introduzir no apparelho uma solução de aldehyde formica contida no recipiente F, cuja concentração irá aumentando, conforme os casos, até o limite em que o proprio trioxymethyleno ha de ser empregado; nessas condições, a acção do calor terá como primeiro effeito volatilisar a agua e arrastar uma parte da aldehyde formica, desassociando-se depois o trioxymethyleno formado.

A operação reduz-se, por consequencia, neste ultimo caso, em obter no proprio apparelho o trioxymethyleno, ou antes, a serie dos polymeros mal definidos da aldehyde formica.

Em todos os casos, far-se-ha passar no apparelho uma corrente de ar conveniente.

Fica entendido que as disposições de detalhe podem variar, sem alteração do principio da presente invenção.

Em resumo: reivindicamos como pontos e caracteres constitutivos da invenção:

1.^o O processo de produção de misturas gazosas de base de aldehyde formica pura, o qual consiste em fazer passar uma corrente de gazes quentes, antisepticos ou não, sobre trioxymethyleno ou outro polymero solido da aldehyde formica.

2.^o O apparelho para produção das misturas gazosas mencionadas acima, tal como se descreveu no presente memorial e representa a figura, 1 do desenho annexo.

3.^o O apparelho modificado, tal como o representa a figura 2, o qual permite a produção de vapor durante a operação, e igualmente o emprego de uma solução de aldehyde formica, substancialmente como se descreveu acima.

Rio de Janeiro, 2 de julho de 1896. — Como procuradores, Jules Géraud & Leclerc.